

## Conferência Extraordinária da Democracia Socialista



### Tendência do Partido dos Trabalhadores

21 a 24 de abril de 2005

Caderno de debates da Conferência Extraordinária

## **Apresentação**

Neste caderno são apresentados vários textos.

Em primeiro lugar, um conjunto de emendas e contribuições ao anteprojeto de resolução da Conferência Nacional oriundas do debate realizado na última reunião da Coordenação Nacional. Versam sobre a Marcha Mundial de Mulheres, Reforma Política, Reforma Universitária, Reforma Sindical, entre outras emendas que buscam complementar o Anteprojeto.

Em seguida, são apresentados uma proposta de resolução alternativa ao Anteprojeto da Coordenação Nacional e dois textos críticos a esta proposta.

Por fim, são apresentadas duas contribuições sobre a luta anti-racista e, para um debate inicial na tendência, propostas de alteração ao atual Estatuto do PT.

## **Sumário**

### **Capítulo 1 – Emendas oriundas do debate da Coordenação Nacional**

Emenda sobre a MMM .....	03
A urgente reforma política .....	04
A refundação da Universidade brasileira.....	05
Pela democratização da vida sindical no Brasil .....	07
Emendas ao texto-base .....	09
Raul Pont	

### **Capítulo 2 – Proposta de resolução alternativa e textos críticos a esta proposta**

Contribuição ao debate para a Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista .....	13
Vários autores(as)	
Notas para a Reflexão da militância .....	18
Vários autores (as)	
As armadilhas da razão sectária.....	22
Juarez Guimarães	

### **Capítulo 3 – Outras contribuições**

Não haverá socialismo enquanto houver racismo .....	24
Vários autores(as)	
Um Mundo sem Racismo é Possível .....	27
Vários autores(as)	
Resolução sobre o PED Nacional.....	30
Coordenação Estadual DS/CE	
Partido de Militância ou Partido Eleitoral? – POR UM NOVO ESTATUTO .....	31
Raul Pont	

## Capítulo 1 – Emendas oriundas do debate da Coordenação Nacional

### Emenda sobre a MMM

A Marcha Mundial das Mulheres, desde o seu surgimento em 2000 até agora, vem se consolidando como uma articulação feminista internacional. Tem como seu ponto forte a organização de uma ampla mobilização e a construção de uma agenda anti-capitalista e de caráter feminista, enfrentado o desafio desta construção com as mediações que se impõem frente às várias diferenças culturais e políticas.

No Brasil e na América Latina, de forma mais contundente, a presença da Marcha Mundial de Mulheres significou recompor um campo de esquerda no movimento de mulheres, que tem propiciado a aglutinação de vários setores das mulheres organizadas em torno de suas reivindicações, uma ampliação da composição do movimento e uma permanente mobilização. Além disso, se coloca como parte do movimento anti-globalização, constrói alianças e articulação com outros movimentos, processos e campanhas, tais como o Fórum Social Mundial e a luta contra a Alca e a OMC.

A DS tem uma importante participação nesse processo da MMM, que se tornou efetivamente um espaço de militância para as mulheres que querem se engajar na construção de uma política feminista. Essa articulação é uma vertente fundamental para a reconstrução de um movimento feminista anticapitalista e se insere na luta mais geral pela superação do neoliberalismo. É parte de nossas tarefas contribuir para que esse movimento assuma um caráter socialista e para que as mulheres sejam protagonistas do processo de rearticulação da luta socialista.

Em 2005, a MMM está organizando um conjunto de ações internacionais e no Brasil seguirá com a campanha pela Valorização do Salário Mínimo. A Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres, na qual se insere a luta pela descriminalização e legalização do aborto, tem como eixo geral a luta contra o livre comércio.

## A urgente reforma política

A democracia representativa no Brasil vive uma das suas maiores crises: ilegitimidade, descrédito, desmoralização do Poder Legislativo, quebra de confiança e de possibilidade de construção de acordos e compromissos estáveis e duradouros nas casas legislativas.

Se há alguma possibilidade de autocrítica e de redenção dos equívocos que foram praticados recentemente, é a abertura de um profundo processo de debates sobre a reforma política na vida partidária brasileira. Nesse sentido, o projeto de lei nº 2.679/2003 e o substitutivo do relator, deputado Rubens Otoni, de Goiás, podem se constituir nessa possibilidade, com grandes implicações positivas na vida partidária brasileira.

As principais mudanças previstas nesse projeto de lei e no seu substitutivo podem ser resumidas em quatro itens

Em primeiro lugar, as **listas partidárias preordenadas** e o fim do voto nominal.

Com a lista partidária preordenada, cada partido decide como construí-la. É democrático que nos encontros ou convenções partidárias exista a possibilidade de competição de listas, que respeitariam a proporcionalidade das correntes e tendências dentro do partido. A lista a ser apresentada garantiria a democracia interna do próprio partido na expressão das suas candidaturas.

A lista preordenada também incidirá sobre outro aspecto democrático, qual seja, a brutal distorção que existe no País com relação à representação política das mulheres. Não há nem 5% de mulheres no Congresso Nacional, apesar de constituírem mais da metade da população.

A lista preordenada permitirá aos partidos recuperar esse atraso, criando condições objetivas para a eleição de representantes mulheres. A lista será constituída por alternância de gênero, um homem e uma mulher ou uma mulher e um homem. A representação eleita seria, assim, mais representativa da sociedade.

O segundo elemento é o **financiamento público de campanha**. As despesas ficariam restritas aos partidos políticos, e acabaria essa verdadeira guerra que se estabelece até no interior dos próprios partidos com a busca de financiamento - nem sempre justificável - e de apoiadores ou sustentadores que muitas vezes nem podem aparecer publicamente, como atestam vários casos e fatos ocorridos e denunciados no País.

Em ano eleitoral seria constituído um fundo público, cujo montante previsto é igual ao número de eleitores do ano anterior multiplicado por R\$ 7,00 (sete reais). Este valor seria distribuído pelos partidos políticos, garantindo-se um mínimo como cota universal e outra parte de acordo com a representação dos partidos na Câmara dos Deputados.

O terceiro elemento é a cláusula de desempenho ou a chamada **cláusula de barreira**. Isto é importante para que se acabe com a sigla de aluguel, que não expressa nenhuma representação social.

Tanto no substitutivo como no projeto de lei, há a proposta de fixá-la em 2% dos votos válidos, com a garantia de que eles estejam distribuídos em um terço dos Estados e de que o partido eleja, no mínimo, um representante em cinco desses nove Estados, que correspondem a um terço dos Estados brasileiros.

No substitutivo, essa cláusula de barreira transfere-se exclusivamente para as federações partidárias e regulamenta o que essas seriam, garantindo que pequenos partidos possam efetivamente ter o seu direito e alcançar a cláusula mínima de barreira, desde que estejam num processo de compromisso e sustentação dessas federações no mínimo por três anos.

O quarto ponto é a proibição das coligações proporcionais, estabelecendo a possibilidade exclusiva de coligações para as chapas majoritárias.

Esses quatro itens que fazem parte do substitutivo ou do projeto de lei - e que ainda deverão ser rediscutidos pelo plenário da Câmara -, são insuficientes para cobrir todos os temas de uma reforma política abrangente, mas são fundamentais para que possamos qualificar o sistema político-partidário brasileiro. Sem estas urgentes reformas, os congressos e partidos tendem a continuar perdendo legitimidade e os processos de compadrio, de fisiologismo, de clientelismo a ganhar cada vez mais força. Sem coibir o abuso do poder econômico predominante nas eleições, a democracia continuará comprometida.

## A refundação da Universidade brasileira

1. A Democracia Socialista sempre enfrentou o debate acerca da reforma da universidade brasileira a partir dos princípios da educação pública, gratuita e de qualidade como direito universal e dever do Estado. Mais do que isso, a luta por uma Reforma Universitária sempre compôs o nosso programa democrático e popular enquanto uma das reformas estruturais que não apenas *resolveriam a crise nacional*, mas também avançaria na auto-organização dos trabalhadores, e conseqüentemente, no processo de transição ao socialismo.

2. Foi dessa maneira que nos posicionamos frente à Assembléia Constituinte de 88, mobilizando e garantindo os avanços até hoje presentes na Carta, apoiadas pela 1ª Conferência Nacional de Educação, em 1987, não nos submetendo à lógica parlamentarista, mas sim submetendo o Congresso à dinâmica da mobilização social.

3. Do mesmo modo ocorreu procedemos com a resistência às políticas neoliberais que avançaram sobre o país a partir da eleição de 89 e, principalmente, com a eleição de FHC em 1994. Nos juntamos às lutadoras e lutadores que construíram os Congressos Nacionais de Educação (CONED), as greves das Universidades Federais, etc, contra a realidade deixada pelo projeto neoliberal na educação: Segundo dados da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior), os recursos do governo destinados à manutenção das 53 universidades federais caíram de R\$ 551,605 milhões em 1995 para R\$ 375 milhões em 2003. Isso representa uma queda de 32% em sete anos (números atualizados pelo IGP-DI). O Brasil reserva apenas 0,47% do PIB ao ensino superior, nos Estados Unidos este percentual chega a 2,3%. Os efeitos provocados pelas restrições orçamentárias são múltiplos: precariedade de laboratórios e salas de aulas; evasão escolar elevada pela ausência de políticas de assistência social ao estudante; bibliotecas mal conservadas e sem renovação de acervos; baixos salários e más condições de trabalho; déficit de funcionários e docentes. No setor privado, o cenário não é menos dramático. Estima-se que de 1995 a 2002 foram abertas em média, três Instituições Particulares de Ensino Superior por semana. No início do governo FHC, 69% das vagas na graduação estavam concentradas no ensino privado, hoje este percentual chega a 83,3%. O ultimo período foi marcado pela completa desregulamentação do ensino privado por uma expansão sem precedentes deste setor.

4. É a partir deste histórico que nossa tendência encara o atual debate de Reforma Universitária encaminhado pelo Governo Lula. Devemos aliar a necessidade de recuperar os estragos feitos pelo neoliberalismo na universidade brasileira com um processo de disputa de rumos mais amplo, centrado na alteração de rumos do nosso governo que só será possível com uma ampla mobilização do movimento de massas que construa uma outra “governabilidade”, democrática e popular.

5. Neste sentido, anteprojeto de Reforma Universitária que o MEC apresentou à sociedade no dia no dia 06 de dezembro é, dentre todos os demais apresentados pelo Ministério, o que mais se aproxima da plataforma para a Universidade brasileira defendida historicamente pelo PT. O anteprojeto nos permite vislumbrar a possibilidade da retomada do sentido público da Universidade brasileira e ainda esboça uma transição de paradigmas capaz de superar o legado neoliberal. Pois se tomarmos como centro das políticas neoliberais para a Educação Superior a desarticulação do setor público e a completa desregulamentação do setor privado, concluiremos que o anteprojeto interrompe um processo em curso há pelo menos dez anos. Esta nova orientação se materializa nos seguintes apontamentos:

- O restabelecimento do papel do Estado como mantenedor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e regulador do Sistema Federal de Educação Superior, afastando o risco da desresponsabilização do Estado com o financiamento das IFES e comprometendo-se ainda com a “qualificação e o fortalecimento da Universidade pública”
- A construção de um Sistema Federal de Educação Superior revela a intenção do governo em regular o sistema e bloquear a expansão desenfreada e sem critérios do setor privado verificada nos últimos anos.
- A retomada da expansão da rede pública, buscando o reequilíbrio entre o setor público e o privado. O governo se compromete no art. 3º do Anteprojeto a alcançar o percentual de 40% das vagas no setor público até o ano de 2011 e com prioridade à abertura de novas vagas nos cursos noturnos. Esta sempre foi uma reivindicação dos movimentos sociais ligados à educação e constava nas propostas do PNE da sociedade brasileira.
- A reafirmação da gratuidade do ensino de graduação e pós-graduação nas Instituições Federais. É amplamente sabido que, uma das principais propostas do Banco Mundial para a educação superior na América Latina, é a introdução do ensino pago nas universidades públicas
- O aumento das exigências para a concessão do título de Universidade. Segundo o anteprojeto, as Universidades deverão possuir “pelo menos um terço do corpo docente trabalhando em regime de tempo integral, e pelo menos a metade com titulação acadêmica de mestrado e doutorado”. Além disto se exige; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a integração com outros

níveis e modalidades de ensino; gestão democrática e colegiada da instituição e valorização profissional dos docentes e técnicos-administrativos da instituição

- O documento trabalha com a perspectiva de recuperação do funcionalismo público assegurando no estatuto das universidades a observância aos planos de carreiras nacionais de docentes e técnicos e administrativos.

6. Este conjunto de iniciativas previstas pelo documento nos permite identificar claramente um sentido geral com o qual o governo busca orientar sua proposta de reforma. E este sentido não é o de uma reforma privatista e neoliberal. Estamos falando de uma proposta que ainda carece de muitas definições e apresenta alguns equívocos. No entanto, oferece uma razoável base de discussão na direção de uma retomada do sentido público e nacional das políticas para o ensino superior.

7. Contudo, para que este sentido global se concretize é fundamental construirmos um amplo processo de participação popular nas decisões políticas nacionais, que englobe tanto o orçamento federal quanto as políticas públicas em geral, configurando dessa maneira um elemento decisivo, constituinte e legitimador de um governo de esquerda que deseja transformar a realidade econômica e social do nosso país.

8. Essa necessidade se torna mais clara se analisarmos as reações ao documento vinculadas em matérias na grande imprensa nos últimos meses e nas próprias iniciativas de organização da direita contra o anteprojeto, como a criação do Fórum em Defesa da Livre Iniciativa, que busca dar consequência prática a uma crítica mercadológica ao sentido global apresentado pelo anteprojeto, instrumentalizando seus interlocutores no parlamento, na academia e nos meios de comunicação com vias de deslegitimar e derrotar a opção feita pelo governo no documento.

8. Partindo deste entendimento a FASUBRA, a UNE, a CONTEE, a CNTE estarão juntamente com diversas outras entidades e movimentos sociais organizando uma Conferência Nacional da Educação Superior para debater alternativas e organizar a luta por um outro modelo de Universidade. A data prevista inicialmente para sua realização é o final de Julho e sem dúvida alguma este será um espaço decisivo. Nossa tendência apóia e participa ativamente desta iniciativa, defendendo que esta Conferência, para além de analisar o anteprojeto do governo no sentido de melhorá-lo e sustentá-lo no Congresso Nacional, fortaleça um processo de mobilização que cobre do MEC a implementação dos diversos pontos do anteprojeto que não necessitam de lei para serem implementados, mas sim de vontade política dos governantes, e que se implementados aumentariam em muito o movimento de defesa dos pontos que fossem ao congresso, reconstruindo a confiança do Governo Lula com suas bases históricas.

9. A DS enfrentará o debate sobre alternativas para a educação superior e se empenhará na luta em defesa do sentido geral do anteprojeto e por mudanças que venham a fazê-lo avançar ainda mais. Em nosso entendimento é este o desafio que se coloca para os setores interessados em promover a superação do paradigma neoliberal e iniciar a busca por novos horizontes para o ensino superior no Brasil.

## **Pela democratização da vida sindical no Brasil**

A fundação da CUT, em 1983, teve como marca central a reivindicação da liberdade sindical, compreendida como parte fundamental para a democratização do Brasil e uma radical mudança na estrutura sindical brasileira. A herança da estrutura sindical oficial – construída desde Getúlio Vargas – e o ataque à organização sindical durante todo o período neoliberal foram fatores que contribuíram para um ambiente desfavorável àquela reivindicação fundante da CUT.

A elaboração de uma proposta global para a alteração da estrutura organizativa do sindicalismo brasileiro foi construída em 1992, com a proposta de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT). Conformou-se uma visão de liberdade e autonomia sindical articulada com um formato para a organização, a negociação coletiva e a solução de conflitos. Esta continua sendo a grande referência cutista para o debate. A proposta de SDRT da CUT é uma construção coletiva, da qual a nossa corrente sindical, a CUT Socialista e Democrática (CSD) reivindica e, cuja elaboração, seus membros tiveram participação ativa.

### **O sentido de uma reforma sindical rumo a uma maior liberdade de organização**

Podemos considerar que uma segunda grande síntese foi construída a partir da iniciativa do Governo Lula em constituir o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Os debates no FNT, na bancada sindical do mesmo e na delegação cutista ao Fórum, acabaram construindo uma proposta de síntese que organiza aspirações e possibilidades de avançar rumo a uma liberdade de organização da classe trabalhadora no país.

O setor sindical da DS, organizado a partir da CSD, acumulou um intenso debate durante todo este período, recuperando as tradicionais bandeiras do sindicalismo cutista. Conformamos uma posição segundo a qual uma reforma sindical seria positiva se significasse avanços na liberdade sindical, no direito de organização por local de trabalho e no direito à negociação coletiva para o funcionalismo público. Ao mesmo tempo, que não colocasse em discussão os direitos trabalhistas já conquistados.

A reforma sindical, para que a classe trabalhadora garanta sua ampla liberdade de organização, só faz sentido se introduzir de forma clara o direito à organização nos locais de trabalho (OLT), isto é, se finalmente conseguir, através dela, derrubar a “cerca” que a propriedade privada colocou para impedir a organização dos trabalhadores dentro das empresas.

### **A proposta do Fórum Nacional do Trabalho**

Os documentos que foram apresentados oficialmente pelo governo como sendo as propostas de PEC e PL para a reforma sindical, desde o nosso ponto de vista e da CUT, têm aspectos positivos (avanzando na liberdade sindical e no direito de organização no local de trabalho, por exemplo) e contém outros problemáticos (a CUT rejeita a nova proposta de regulamentação das greves, do número de dirigentes para as entidades sindicais, a não universalização do direito de representação no local de trabalho, e a não garantia da ultratividade).

A PEC e o PL trazem uma proposta de OLT. Isto é, as propostas apontam no sentido reivindicado pelos trabalhadores – e frontalmente rejeitado pelo setor patronal. A CUT ainda deverá lutar para ampliar a abrangência na aplicação desse direito para toda a classe trabalhadora. Sua concretização será a base para uma verdadeira democratização na estrutura sindical e nas relações capital/trabalho. Isto deve ser um dos centros das nossas atenções políticas. É uma bandeira fundamental para ampliar a liberdade de organização e deverá sofrer uma violenta reação do setor patronal para barrar esse avanço para a classe trabalhadora. Haverá muita luta de classe em torno disto.

Outro avanço central é o fato de a PEC introduzir o direito à negociação coletiva para o funcionalismo público. Estes trabalhadores já haviam conquistado o direito à organização sindical na Constituição Federal, mas a ausência da negociação coletiva como direito permanece como uma barreira para a sua luta sindical.

### **A tática da CUT para construir uma conjuntura favorável**

De fato, o documento constitui em vários pontos um avanço importante na legislação sindical brasileira. Mas, para que a CUT apóie sua tramitação no Congresso, é fundamental avaliar a conjuntura de forma a definir o melhor momento político do ponto de vista a garantir aquilo que consideramos fundamental e impedir que os pontos negativos vingam. A atual conjuntura não favorece esse resultado por nós esperado. É tarefa central construir uma conjuntura favorável, o que será resultado também da ação sindical de forma a:

a) Conquistar adesão popular na defesa de um novo modelo econômico cujo eixo seja a valorização do trabalho, em uma campanha baseada em um amplo leque de alianças, articulada junto com a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). A disputa política em torno ao modelo econômico alternativo tem uma importante dimensão ideológica, já que uma parte fundamental da herança maldita dos anos neoliberais foi a disseminação de idéias e práticas que conduzem à degradação do trabalho;

b) Articular uma Campanha Nacional pelo Direito à Organização Sindical, combinando:

- ações contra as demissões de dirigentes e ativistas sindicais, de denúncia das empresas que perseguem sindicalistas e que recusam o direito de organização no local de trabalho;

- ações de denúncia e combate aos assassinatos e violências contra dirigentes e ativistas sociais no campo e na cidade;

- ampla divulgação das propostas defendidas pela CUT junto à sociedade (nas escolas e universidades, em reuniões com outros movimentos sociais, em paróquias, nos meios de comunicação sindical e outros, etc.);

- lançamento de grupos de apoio composto por personalidades (intelectuais, artistas, etc.) para o avanço dos direitos sindicais no país.

Neste ponto, o passo fundamental é mostrar e convencer a amplos setores da população de que a luta pela ampliação dos direitos políticos da classe trabalhadora deve ser entendida como parte decisiva em uma perspectiva que faça avançar a democracia no Brasil. Nesse sentido, é de interesse de todo o povo, não limitando-se à agenda dos dirigentes sindicais.

O Partido dos Trabalhadores passa a assumir um papel fundamental para tornar favorável a atual e complexa conjuntura. Trata-se da maior bancada na Câmara dos Deputados, do partido com a maior relação política e programática com o sindicalismo cutista portanto, trata-se do partido do qual deve-se esperar o maior compromisso com a defesa destas propostas. O PT e sua bancada devem assumir, solidariamente, uma plataforma básica que orientará os rumos da tramitação da reforma sindical no Congresso Nacional. Essa plataforma, uma vez construída em conjunto e em consonância com o acúmulo da CUT, pode alcançar uma capacidade virtuosa em dois planos: por um lado, nosso partido, através da nossa bancada parlamentar, deverá trabalhar para que os pontos dessa plataforma sejam aprovados; por outro lado, caso seja identificado que os pontos desta plataforma estejam prejudicados, deverão exercer sua capacidade de bloquear a tramitação.

Nossa obrigação, na CUT, no PT e nos movimentos sociais, é desenvolver uma luta política na sociedade e no Congresso Federal para ampliar os horizontes dos direitos coletivos da classe trabalhadora no país. Destruir o cenário para disputar a organização de setores de trabalhadores hoje carentes de organizações ativas e representativas poderá significar um salto de qualidade no processo de construção do sindicalismo classista, democrático, de massas e pela base, representado pela CUT.

## **Emendas ao Texto Base**

*Raul Pont*

### **I. A luta contra o neoliberalismo: América Latina e Brasil**

#### **ponto 2 – acrescentar ao final:**

Isso exige programa com propostas típicas de transição, mas, também, a recuperação da identidade política perdida nos últimos anos.

Se o PT abdica de estar identificado com um conjunto de questões que lhe dêem nitidez: o anti-imperialismo, a defesa nacional, a denúncia da condição subdesenvolvida do país, a denúncia de aliança da classe dominante com o capital internacional, a produção teórica e ideológica na luta pelo socialismo, a ética e a moral na política e a permanente luta por uma democracia participativa, dificilmente manterá o significado do partido classista, anti-capitalista e transformador que construiu na consciência popular nos primeiros vinte anos e que nos permitiu chegar a Presidência da República.

#### **Ponto 3 – acrescentar ao final**

Em quarto lugar, nossa tendência deve impulsionar em seu interior e no Partido um outro grau de compromisso e militância política. Essa definição política dará consequência ao ponto em que trataremos da relação com o Partido e a necessária reforma estatutária.

#### **Ponto 7 – emendas de redação**

Quando fala em democracia participativa exemplificar: (orçamento participativo, conselhos setoriais, plebiscito, referendo, etc.).

Idem em 2º lugar: (exemplificar políticas concretas) autonomia dos municípios, das instituições públicas como as escolas, etc...

Idem 3º lugar: experiências de economia popular, cooperativas, autogestão, etc.

#### **Ponto 23 – acrescentar novo ponto**

Esse rol de tarefas que precisamos responder na conjuntura internacional necessita ser minimamente hierarquizado, pois não temos força e capacidade de enfrentá-los em todas suas dimensões.

Essa hierarquização aponta, em 1º lugar, uma prioridade para a ação que já desenvolvemos junto ao Fórum Social Mundial, pelos espaços aí ocupados pela dedicação e militância de vários companheiros e companheiras.

Em segundo lugar, precisamos nos dedicar com mais compromisso e designação efetiva de companheiros na Secretaria de Relações Internacionais do Partido para priorizar, também, uma ação efetiva junto ao Fórum de São Paulo e com as dezenas de Partidos e grupos de esquerda latino-americanos que estabelecem relações, troca de experiências e contatos de conhecimento e confiança com o PT.

Em terceiro lugar, nessa perspectiva de hierarquia e possibilidades, devemos contribuir para que o PT aproprie-se e avance na compreensão, na ofensiva programática e fortalecimento da experiência do Mercosul e da rede Mercocidades, outra dimensão importante da ação política internacional.

### **II. Governo Lula**

#### **Ponto 3 – Acrescentar ao final**

“Essa segunda possibilidade não se tratava de nenhuma aventura ou especulação teórica. Baseava-se nas ricas experiências de democracia participativa que desenvolvemos nas cidades e Estados que governamos. Em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, nossos governos não tinham maioria parlamentar, nem fizemos dessa busca o centro da governabilidade”.

Fomos buscá-la no Orçamento Participativo, na relação com os conselhos setoriais municipais e estaduais, nos programas diretos com as Prefeituras, na ampliação e construção dos mecanismos de participação popular. Isso também é caminho de garantir sustentação e governabilidade, através do enraizamento e da capilaridade do nosso projeto e dos Partidos da Frente Popular junto aos movimentos sociais e a população.

Crescemos sem perder identidade, referência social, polarizando a disputa política.

### **Ponto 9 – substituição da íntegra**

Uma concepção alternativa de governo de caráter democrático-popular combina diversas dimensões estruturantes, como elaborados na VII Conferência nacional (item IV das Resoluções, pg. 20).

Dentre elas podem ser destacados quatro aspectos decisivos:

#### *a) a urgência de um novo padrão de gestão macro-econômica*

- controle democrático e republicano do Banco Central e das autoridades monetárias,
- não renovação do acordo com o FMI,
- política agressiva de acumulação de reservas e introdução de mecanismos de controle de capitais,
- redução dos juros e do superavit primário
- política ativa e multifocada de controle da inflação (preços indexados, oligopolização da distribuição e comercialização de bens)
- retomada do controle público e estatal sobre os preços dos serviços de telefonia, energia elétrica, combustíveis e pedágios,
- tomar a iniciativa no combate a renúncia fiscal e a guerra fiscal e recuperar o papel do planejamento e da regulação para um crescimento harmonioso das diversas regiões do país,
- mudar o caráter indireto e regressivo do sistema tributário brasileiro e cumprir a decisão do DN de 2002 de alterar o perfil da distribuição dos tributos garantindo 20% do Bolo Tributário aos municípios,
- auditar e revisar os contratos de privatização e de uso de recursos públicos para viabilizar a compra de ativos nacionais por empresas sem capacidade de compra ou de endividamento.

#### *b) acionamento de um conjunto de políticas pró-crescimento e distributivas de renda*

- financiamento público para o investimento produtivo e planejado,
- Aumento do orçamento das políticas sociais,
- recuperação do salário mínimo e estímulo de maiores pisos regionais nos Estados,
- desenvolver políticas de inclusão social, preferencialmente através de oferta e geração de trabalho,
- ampliar os recursos destinados a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar e cooperativada,

- ampliação das políticas públicas nas áreas de infra estrutura, saneamento e habitação, com ênfase na geração de emprego,
- Políticas de créditos, financiamento e subsídio para a formação de cooperativas de pequenos produtores rurais e de micro e pequenos empresários urbanos. Criação da extensão empresarial e da cooperação de redes de pequenos empresários
- regulação e controle sobre grandes empreendimentos, em defesa dos pequenos comerciantes e serviços (p.ex proibição da abertura aos domingos aos grandes supermercados e centros comerciais)

*c) democracia participativa e mobilização popular*

- adoção de práticas concretas de Orçamento Participativo na União e estimulá-lo nos Estados e Municípios, e nas instituições públicas federais como as Universidades, por exemplo;
- adoção sistemática dos mecanismos já previstos na constituição como o plebiscito e o referendo;
- estímulo e fortalecimento dos Conselhos setoriais em todas as esferas administrativas, visando ampliar a participação e o controle popular sobre as políticas públicas;
- fortalecimento, pela ampliação de seu poder de consulta e reivindicação, das entidades de representação sindicais, comunitárias, estudantis, etc;
- democratização e acesso das entidades populares, sindicais e associativas aos meios de comunicação rádio e televisão, através de concessões de canais de rádio e TV a essas entidades e associações comunitárias;
- reforma política do sistema eleitoral-partidário que contemple o voto em lista partidária, o financiamento público das campanhas, fim das coligações proporcionais e possibilidade das federações partidárias;
- defesa e luta por uma proporcionalidade idêntica para todo o país na representação da cidadania.

*d) política externa soberana e articulada na América Latina*

- enfrentar a ordem excludente e unilateral imposta pelo imperialismo dos EUA através do Consenso de Washington e da ALCA,
- Trabalhar para o fortalecimento do bloco sul-americano a partir do Mercosul, avançando no sentido da maior integração com a moeda, parlamento e integração das condições de trabalho e previdência
- Fortalecer e dar maior ofensividade a essas políticas através do Fórum de São Paulo.

**III. A disputa no Partido dos Trabalhadores**

**Ponto 10- acrescentar este ponto**

10. Há, no entanto, uma resolução urgente que precisamos aprovar em relação ao estatuto do PT, reformado em 2001.

Essa resolução deve contemplar todo o enfrentamento que faremos no PED.

Não estaremos disputando apenas Programa, mas uma concepção de Partido, de democracia interna, de militância, de organização de base.

Elementos que estavam presentes na Fundação do PT, no seu primeiro Regimento Interno e que, em vários aspectos, foram abandonados nestes 25 anos do Partido, em especial na reforma de 2001.

**IV. Tarefas na construção da Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores**

## **Ponto 2 – acrescentar ao final**

Assim, como avançamos no período anterior em vários aspectos arrolados acima, agora nesta Conferência Extraordinária devemos aprovar um esforço coletivo nas seguintes tarefas:

- cadastramento formal, em todo o país, da tendência, para uma plena consciência do que somos, nosso enraizamento e representação política no Partido e nos movimentos sociais;
- consolidação de uma escola de quadros regular e sistemática para a formação em diversos níveis, dos filiados que se integram à tendência e que possuem um grau muito variado de formação e experiência política acumuladas;
- uma política de cotização e de sustentação material muito mais rigorosa e comprometida do que tivemos até aqui, pois nossas tarefas e desafios são cada vez maiores para dar conta do momento histórico que estamos vivendo;
- uma nova relação com a distribuição e o papel de organização e formação que o periódico DS-ET cumpre para a Corrente. Isto significa voltarmos a ter cotas de assinaturas por militante, envio dirigido para áreas de expansão, dirigentes e parlamentares que queremos atrair para a corrente etc... estabelecer metas de tiragem a serem alcançadas e precisar seu papel dentro do Partido. Deve ser mais um difusor de nossas propostas e das lutas que o PT está envolvido.

Não podemos confundi-lo com um caderno de debates da corrente. Para isso há outros mecanismos ou formas eletrônicas que permitem cumprir esse papel. O ET\_DS deve ser, fundamentalmente, um propagador e um agitador das lutas onde estamos atuando como corrente ou partido.

## Capítulo 2 – Proposta de resolução alternativa e textos críticos a esta proposta

### Contribuição ao debate para a Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista

A Tendência Democracia Socialista passa pela mais grave crise de sua história. Colocada frente ao desafio de oferecer uma alternativa ao movimento democrático e popular brasileiro para a difícil situação criada pelo governo Lula, nossa tendência se integra no campo governista e desenvolve uma postura muito pouco crítica ao governo federal. Esta postura contagia nosso posicionamento em todas as frentes e sobre as demais questões – talvez o caso mais grave, neste momento, seja a posição adotada na direção da CUT de apoio à reforma sindical.

A resolução de nossa última Conferência Nacional, em dezembro de 2003, foi o resultado de uma composição entre diferentes visões sobre como tratar a questão do governo Lula e da disputa de rumos do PT. Mas ela orientava para uma linha de confrontação, para um tom e iniciativas de disputa muito mais elevado do que foi colocado em prática pela maioria do GTN e pela Coordenação Nacional. A resolução dizia ser necessário “apresentar uma visão de conjunto alternativa à da atual maioria da direção” e apontava para uma plataforma de lutas: pela participação popular nas decisões políticas; por alternativas de política econômica; pela reforma agrária; e pela agenda internacionalista do movimento.

Consideramos que as instâncias de direção da Tendência não encaminharam a deliberação da nossa última Conferência Nacional. Esta questão, entretanto, torna-se secundária frente ao grau das divergências evidenciadas. O problema não é mais de tom mas de orientação geral.

Em algum momento, em meados do primeiro semestre de 2004, ficou difícil dialogar com a posição da maioria do GTN – a Coordenação Nacional praticamente não se reuniu em 2004. Quando ficou claro, pelas decisões e declarações do núcleo de governo que não haveria plano B ou transição na política do governo Lula, colocou-se a opção fundamental entre se acomodar ao marco geral da política governamental ou elevar o tom do enfrentamento, o que poderia comprometer as relações estabelecidas com o núcleo do governo e com a maioria da direção do PT, que foi se evidenciando uma correia de transmissão do Palácio do Planalto. De outro lado, a formação do PSOL também passava a restringir o grau de liberdade da direção da DS na condução de uma política até então ambígua. A opção tomada foi, a partir de então, pela clara acomodação com o governo. As críticas vêm se tornando cada vez mais pontuais – o Miguel só foi à imprensa criticar o governo quando o orçamento de seu ministério sofreu um corte expressivo. E consolidou-se uma aproximação com a Articulação de Esquerda, cuja orientação é ainda mais governista que a da maioria da direção da DS.

Esta linha levou a direção da DS a hostilizar outras orientações que, de diferentes enfoques, estão buscando construir uma alternativa para a esquerda brasileira. É o caso da disputa de rumos do PT travada em tom elevado, na sociedade, encaminhada desde o início do governo Lula pelo grupo de oito parlamentares críticos, que desempenharam um papel decisivo no sentido de manter uma posição de esquerda visível no cenário político mais amplo – que, sob o argumento equivocado de respeitar a disciplina do partido, nunca teve o respaldo da DS e da AE. E é o caso da construção de uma alternativa partidária através do PSOL, imposta pela expulsão da nossa companheira Heloisa Helena. Esta orientação leva também a um distanciamento importante do que João Pedro Stedile chamou de esquerda social – isto é, o esforço do MST, Consulta Popular e setores da Igreja de elevar o nível de confrontação dos movimentos sociais com as políticas neoliberais do governo, sem entrar na questão partidária. O preço que será pago com a consolidação desta orientação é a ruptura não com algumas correntes minoritárias (como o discurso da esquerda governista apresenta), mas com o fundamental do que a esquerda brasileira produziu de mais combativo ao longo de três décadas de luta, com os setores mais conscientes do movimento democrático e popular.

Alguns militantes e dirigentes da nossa tendência sensíveis a esta situação contraditória lançaram em julho um documento intitulado *A esquerda brasileira na encruzilhada*. Depois, na seqüência das eleições, alguns parlamentares federais da DS (em conjunto com outros) divulgaram no Diretório Nacional do PT uma avaliação crítica das eleições municipais de 2004 que alertava para estas mesmas questões. Em dezembro, os subscritores do documento *A esquerda brasileira na encruzilhada* voltaram a apresentar suas posições à Coordenação Nacional por escrito em uma *Carta à Coordenação Nacional da Tendência Democracia Socialista*. E, em janeiro deste ano, os companheiros Michael Lowy, Daniel Bensaid e Francisco Louçã enviaram uma carta à DS, externando suas preocupações quanto ao curso adotado, posição que refletia as inquietações que praticamente todas as seções da Internacional. E a última reunião do CI da Quarta, em 26-28 de fevereiro – da qual a maioria da Coordenação Nacional se recusou a participar –, aprovou um posicionamento criticando a permanência da DS no governo Lula.

De outro lado, na reunião da Coordenação Nacional de dezembro foi aprovada a exclusão d@s militantes da Tendência que estão no PSOL – quando o correto seria colocar o tema em debate na Conferência Nacional da Tendência, com @s companheir@s concernidos. E a sua reunião de fevereiro, sem responder ao conteúdo da crítica feita pelos companheiros da Internacional sobre a participação no governo Lula, a Coordenação aprovou uma carta ao CI – antes mesmo que qualquer posição fosse adotada – que, na prática, significa uma ruptura com a Quarta Internacional – rompendo um vínculo que sempre foi um dos pilares da nossa identidade política.

A reunião de fevereiro também aprovou um projeto de resolução política para a Conferência de abril que reduz drasticamente o teor e o tom das críticas ao governo Lula. Este texto argumenta sobre uma suposta transição para um paradigma não neoliberal em curso na América Latina que envolveria Lula – na verdade, há iniciativas em curso que vão nesta direção, mas o governo Lula tem, no mais das vezes, se posicionado contra elas e a favor do mercado (como mostra a posição frente à renegociação da dívida externa argentina). Acena também com o fantasma da rearticulação da direita tucana – ignorando que o PP, PL, PTB e PMDB estão no governo e que a agenda de reformas do governo Lula levou e continua levando adiante, em linhas gerais, o projeto de FHC. De fato, em nenhum documento ou posicionamento da Coordenação da DS é debatido seriamente o caráter do núcleo do governo. Estes sempre mencionam a existência de um setor vinculado ao capital financeiro e um setor popular, mas de forma algébrica, sem avaliar as possibilidades efetivas de disputa, a hegemonia existente, os elementos reais de correlação de forças – porque eles mostram a inviabilidade de alterar o rumo do governo Lula. Não porque o governo Lula seja igual ao governo FHC, mas porque não é possível dar continuidade à luta pela organização independente dos trabalhadores no Brasil apoiando, depois de mais dois anos de política social-liberal, este governo. Um governo não é uma federação de posições, mas trabalha dentro de uma hierarquia de comando – e o comando está nas mãos de aliados confiáveis do grande capital.

Em termos de contraposição, não é o caso aqui de repetirmos o que já foi adequadamente exposto em outros documentos. Além disso, foi estabelecido um limite ao tamanho das contribuições para esta tribuna de discussão (20 mil caracteres para os quatro pontos propostos). O que cremos ser mais apropriado para debater, de forma sintética, a posição que sustentamos já foi apresentado pelos companheiros Michael, Daniel e Chico em sua carta e reproduzimos a seguir as partes mais relevantes.

“1. A questão central, ao fim destes dois anos, é a da caracterização da política do governo. Podemos defini-la, sem ambigüidade, como social-liberal. É o que lhe valem as homenagens e o apoio do FMI e das instâncias internacionais. A resolução da 7ª conferência nacional da DS, em novembro de 2003, registrou esta questão claramente: “Os primeiros oito meses do governo Lula foram marcados pela construção de um leque de alianças que inclui amplamente setores conservadores, por uma política econômica fundamentalmente conservadora e, de outro lado, por avanços limitados na promoção de mudanças” (II, 1). Ou ainda: “A política macroeconômica tem expressado também uma total subordinação às orientações do FMI” (II, 2). Mais recentemente, no seu balanço das eleições municipais, o GTN da DS observava (novembro de 2004): “A retomada da ascensão dos juros, os superávits recordes, a submissão ao capital financeiro e aos chamados mercados (...) garroteiam a nação”.

A prática cotidiana da maioria do DS, no curso deste último ano, parece entretanto pouco coerente com as formulações votadas pela conferência: como caracterizar nestes termos a política governamental e adotar uma posição hesitante face às reformas concretas que a caracterizam, continuando a participar do governo, sem nem mesmo os camaradas diretamente implicados nas responsabilidades governamentais expressarem claramente seus desacordos?

2. A resolução da conferência notava que o período inicial do governo “revela uma dinâmica conflitiva tanto ao interior das políticas governamentais como na relação do governo com as forças sociais que deram origem à sua eleição” (II, 12). Deduz daí, por extensão, uma “disputa de rumos” simultânea “do partido e do governo” (V, 9).

Ora, há entre o partido e o governo uma diferença fundamental. O partido é o resultado de mais de vinte anos de lutas, de experiências ligadas à mobilização dos movimentos sociais. Esta história política se traduz em contradições internas entre as definições originais do partido e sua prática atual de subordinação às orientações governamentais. É o que permite reivindicar a legitimidade e a herança petistas (o PT “é nosso”). De outro lado, como seria possível pretender que o governo que acabamos de caracterizar como conservador e “continuista” em relação ao de FHC “é nosso”? O partido é um produto das lutas. O governo é uma instituição de Estado. Há certamente, em teoria, a possibilidade de promover reformas positivas. Esta possibilidade existe, inclusive em governos de gestão leal da ordem estabelecida, como os de Blair, Schröder ou Jospin. Mas um governo não é por isso a simples adição das políticas setoriais de seus ministros e o espaço de uma espécie de dualidade de poder entre ministérios “econômicos” e ministérios sociais. O de Lula tem, assim, uma política global, cujo rumo é definido pelas escolhas econômicas e financeiras. Nas primeiras semanas ou nos primeiros meses, podíamos, por preocupações pedagógicas, centrar o fogo da crítica nas opções econômicas, em Meirelles, em Palocci. Mas o que há é claramente uma orientação política do governo, com as decisões ditas “econômicas” definindo as restrições orçamentárias e condicionando o conjunto da política seguida.

3. Nestas condições, a participação no governo torna-se cada vez mais problemática. Nas discussões entre militantes da IV Internacional, insistimos em evitar que a questão fosse colocada em termos abstratamente doutrinários, sem levar conta as características do país, a história do PT, seus laços com os movimentos sociais e sindicais. Vários sinais, entretanto, nos faziam temer que, na ausência de fortes mobilizações sociais (com exceção dos sem-terra), alguns ministros conhecidos por serem de esquerda se tornassem simples fiadores ou reféns de uma política cujas opções haviam sido anunciadas desde a campanha eleitoral, na Carta ao Povo Brasileiro. Sobre a participação de Miguel existiam, portanto, desde o início, avaliações diversas, tanto na Internacional quanto entre vocês. Mas, uma vez a decisão de participação tendo sido tomada pela DS, sem esconder nossas reservas e nossas dúvidas, respeitamos sua escolha e procuramos ajudar mais do que colocar empecilhos. Assim, nós nos esforçamos para convencer os camaradas de nossas próprias seções de que a questão da participação no governo deveria, logicamente, subordinar-se à avaliação das orientações governamentais. Infelizmente, não havia quase nenhum suspense neste ponto. E em todo caso, ele não durou quase nada: a nomeação de Meirelles e de Palocci e as primeiras medidas anunciaram muito depressa a cor do governo. Concordemos ou não com o argumento, podemos compreender a preocupação de não causar dificuldades adicionais, pela saída do governo, aos nossos candidatos a prefeituras, especialmente em Porto Alegre. Depois das eleições, esta reserva deixou de ser pertinente.

4. Sem chegar a uma revolução agrária, o Programa Nacional de Reforma Agrária adotado em novembro de 2003 teria podido representar uma reforma substancial, apoiada de fato pelos sem-terra no momento da sua apresentação. Ele poderia, de fato, com a condição de ser efetivamente aplicado, iniciar uma dinâmica de mobilização. Para além da controvérsia quanto aos números de 2004, é claro hoje que os atrasos se acumulam em relação aos objetivos do programa e que é cada vez mais duvidoso que estes objetivos sejam alcançados até o fim do mandato. Diante dos obstáculos, orçamentários notadamente, teria sido possível elevar o tom, para fazer a responsabilidade pelos atrasos recair sobre as opções macroeconômicas, e preparar desta forma uma possível saída do governo — ou, pelo menos, a apresentação de um balanço defensável diante dos movimentos sociais. Parece, ao contrário, que o MDA tem permanecido muito discreto na sua expressão pública. Ele se arrisca, assim, a ser imprensado entre uma política de governo da qual quase não se demarcou e o descontentamento crescente dos movimentos agrários.

Mais em geral, o governo não sendo um simples mosaico de ministérios, mas sim o instrumento de uma política global, mesmo no caso de um regime presidencialista em que não existe o equivalente de um Conselho de Ministros, não é possível circunscrever-se à gestão de “um só ministério” ignorando a lógica global das orientações.

5. No plano social, o alerta soou desde meados de 2003, com o debate sobre a reforma da Previdência. Compreendemos o argumento de que esta questão não tinha a mesma centralidade na vida política do país que tiveram a reforma das aposentadorias na França ou na Alemanha. Tratava-se, porém, nitidamente, de uma reforma liberal do mesmo tipo, que abria o caminho aos fundos de pensão e, para além das tecnicidades, a uma maior privatização das proteções sociais. A questão era grave o bastante para justificar a passagem de uma crítica oblíqua (ou “de lado”), justificada pela preocupação pedagógica dos primeiros meses, de não ficar dez passos na frente das massas na sua relação com o governo, a uma crítica mais frontal. Esta inflexão, é claro, não teria deixado de colocar em questão de uma maneira mais aguda nossa participação em um governo cuja política estaríamos combatendo abertamente. Ora, no lugar de uma oposição clara e nítida à reforma, tivemos uma orientação hesitante, ilustrada pela dispersão dos votos dos deputados e senadores da esquerda petista (inclusive os da DS): variaram do voto a favor “por disciplina” à abstenção argumentada e ao voto contra. O argumento da disciplina e do risco de sanções é pouco convincente: quanto mais parlamentares se opusessem francamente (ou pelo menos se abstivessem), mais difícil teria sido, para a direção do partido, tomar medidas burocráticas.

6. Parece também — as coisas estão estreitamente ligadas — que nós subestimamos por muito tempo o sentido do processo de exclusão encaminhado contra Heloísa e os três deputados dissidentes. A resolução adotada pela 7ª conferência, “Em defesa da democracia e contra as expulsões de parlamentares do PT” — é muito boa. Conclui com o anúncio de uma campanha pública contra as ameaças de expulsão. Menos de quinze dias depois da conferência, entretanto, as ameaças já tinham se transformado em fato consumado. A direção do partido se antecipou e desmontou a campanha anunciada antes mesmo de ela começar. Quaisquer que tenham sido as inabilidades dos parlamentares incriminados, esta exclusão não era uma peripécia secundária. Tratava-se, para a direção lulista, de mostrar claramente a subordinação do partido ao governo e de dividir preventivamente as oposições que não deixariam de emergir contra os efeitos sociais da política governamental. As sanções burocráticas ilustravam assim a transformação do partido em correia de transmissão das opções do governo junto à sociedade, no lugar de ser a representação dos movimentos sociais diante do governo. Esta evolução foi consolidada e ampliada pelo recrutamento para o novo PT de uma espécie de “promoção Palocci”, mais carreirista e menos militante (...)

7. As resoluções da 7ª conferência representaram em novembro de 2003 uma busca responsável de uma unidade consensual, segundo a tradição da DS, sem esconder com isso diferenças importante de apreciação. Da mesma maneira, as medidas decididas em matéria de organização (imprensa, direções, etc.) demonstravam a ambição nova de uma “DS grande”, na perspectiva de uma tendência mais visível, melhor delimitada, e ampliada. Mas foi a direção do PT quem deu as cartas e ditou o ritmo, precipitando especialmente o processo de exclusão, empurrando os excluídos, sob pena de aceitar a morte ou uma hibernação política, a tomar iniciativas fora do partido. Alguns de nós avaliamos, no entanto, o movimento que levou à proclamação do P-SOL como prematuro, pensando que teria sido preferível conduzir durante alguns meses uma campanha democrática para a reintegração, organizando ao mesmo tempo reuniões e coletivos em favor de uma “reconstrução socialista do PT” (seguindo a fórmula que figura na resolução da conferência). Pouco importa: não há instrumento científico seguro para decidir estas questões de ritmo e de tática. A política é um campo de forças e de iniciativas, das quais ninguém tem o domínio absoluto (caso contrário a idéia mesma de decisão perderia todo o seu sentido).

O P-SOL se constituiu, então, na base de um ato de legítima defesa. Tem sem dúvida uma possibilidade de desenvolvimento. Mesmo se o PT ainda capta algumas formas de radicalização, sua evolução direitista libera outros espaços de radicalização social: há vida fora do PT. Entretanto, mesmo se puder vir a organizar uma campanha significativa em 2006, o P-SOL está longe de representar, no estado atual, uma alternativa credível ao PT, mesmo a um PT cada vez mais burocratizado e corrompido. No papel (e talvez olhando de longe demais) as coisas parecem claras: nem subestimação esquerdista do capital acumulado neste partido, nem fetichismo do PT. (...)

8. Naturalmente, uma dificuldade maior da situação, agravada ainda no Brasil pela dimensão do país e pelos contrastes regionais, é a dessincronização dos ritmos de tomada de consciência no PT, na esquerda do PT, nos movimentos sociais, entre os diversos estados. E nossa tarefa deveria ser combinar este desenvolvimento inevitavelmente desigual. Mas seria necessário, para isto, ter uma orientação clara e uma vontade firme, ao invés de reforçar as hesitações hesitando junto com os hesitantes. Em Fortaleza, a determinação deu resultado. A DS, se tivesse o projeto de uma alternativa clara à política governamental, seria certamente a força com melhores condições de reunir uma esquerda radical no PT e de engajar o diálogo com as forças que já não vêem neste partido a ferramenta principal da luta das classes. (...)

9. (...) A campanha, sem nenhuma dúvida, sofreu as conseqüências da imagem do governo Lula junto a setores importantes, do retrocesso que ele representa aos olhos de setores dentre os mais militantes de PT, pela maneira com que reagiu, procurando alianças cada vez mais amplas, no lugar de reforçar suas próprias capacidades de ação social e de valorizar as experiências militantes de um PT combativo e unitário.

10. (...) A demissão de Carlos Lessa (e a ausência de Lula nos funerais de Celso Furtado) simboliza a renúncia ao que poderia restar de expectativas “desenvolvimentistas”. A saída discreta de Frei Betto ilustra as dificuldades da campanha Fome Zero, caso exemplar do estrangulamento das reformas sociais em favor da austeridade orçamentária. Enquanto alguns esperavam uma inflexão à esquerda da política do governo depois das eleições municipais, Lula reafirmou duramente as opções econômicas. Ainda que a melhora da conjuntura lhe dê um pouco de margem de manobra pré-eleitoral até 2006, o que é verossímil, a “linha geral” permanece, entremeada de aspectos anedóticos mas, não obstante, chocantes (imunidade sob medida para Meirelles, autorização de sementes transgênicas, etc.).

11. O tempo é, daqui em diante, curto. Ninguém é mestre dos ritmos e do tempo. Mas o calendário institucional imporá, desde 2006, escolhas claras. E 2006 começa hoje, com a preparação do Encontro do PT e do PED. As questões táticas deveriam, em relação a estes prazos, subordinarem-se às questões de fundo e de conteúdo. A resolução da 7ª conferência contém a respeito os elementos de um “necessário revigoramento de uma perspectiva de transição ao socialismo” (I, 8), uma proposta de autonomia nacional contra a dependência mundializada, uma proposta de moratória da dívida (em relação à qual uma frente poderia ser proposta à Venezuela, à Argentina, talvez amanhã à Bolívia, etc.), proposições de campanha sobre a Alca, sobre o salário e o emprego, sobre uma abordagem generalizada de controle e de orçamento participativo ao nível do Estado, sobre uma reforma agrária e ambiental radical. É transformando tal plataforma em campanhas concretas, ao invés guardá-la como “um programa de domingo”, e colocando a questão de uma ruptura com o governo, que nós poderemos redesenhar as alianças e as convergências, dentro e fora do PT, em bases sólidas e não a partir de impressões e interesses flutuantes”.

Esta é a orientação geral que, de nosso ponto de vista, deve ser adotada pela Tendência Democracia Socialista.

Saudações revolucionárias,

Amanda Cardoso, Carlos Schmidt, Cheron Zanini Moretti, Cláudio Antonio Barbosa, Elisabete Burigo, Magda Bia Vaschi, Ralfé Cardoso (Rio Grande do Sul); Allan Coelho, Ângela das Graças Santos, Félix Sanchez, José Cláudio Batista, José Corrêa Leite, Luiz Emir (Gaúcho) (São Paulo); Adolfo Wagner, Djair Dias de Sousa, José Roberto Anastásio (Jackson), Rogério Alimandro, Veraci Alimandro (Rio de Janeiro); Arthur Viana (Espírito Santo); André Lima, Demitri Cruz, Enelza Costa, Igor Moreira, Márcio Caetano, Renato Roseno, Roberto Araújo, Simone Holanda (Ceará).

## Notas para a reflexão da militância

A Resolução Política aprovada pela VII Conferência Nacional da DS e o Ante-Projeto apresentado pela Coordenação à Conferência Extraordinária possuem uma racionalidade construída a partir das teses da disputa de rumos do PT e do Governo Lula. Realizando uma revisão dessas posições o documento Contribuição ao Debate apresenta-se como uma proposta alternativa ao Ante-Projeto da Coordenação Nacional.

Com a finalidade de contribuir com a reflexão da militância julgamos necessário debater as principais teses da Contribuição. Nesse sentido, elencamos em três grandes blocos temáticos o documento alternativo ao Ante-Projeto.

### 1) Conjuntura Política Nacional: Governo Lula e Tarefas

Ao tratar do tema da caracterização do cenário político atual afirma a "Contribuição":

- O partido é um produto das lutas. O governo é uma instituição de Estado.
- O Governo Lula é social-liberal.

Há de recordar que *"o governo Lula significou uma vitória política de importância histórica sobre o projeto neoliberal"*, mas ao mesmo tempo *"expressou também uma atitude conciliadora com as forças do mercado"*.

Avaliamos que a manutenção de um padrão conservador na gestão macroeconômica, aliada a uma concepção de governabilidade centrada no parlamento e em alianças amplíssimas e contraditórias, condiciona e limita o conjunto da transição, desorganiza as relações do governo com sua base social histórica e com a intelectualidade progressista e democrática.

A compreensão dos limites do Governo Lula, no entanto, não torna correta a afirmação de que o Governo é a continuidade da agenda neoliberal. Ademais de um economicismo, que faz decorrer o caráter de um governo unicamente de sua gestão econômica, afirmações como essas levam a ignorar o conflito existente entre o trato macro-econômico conservador e toda uma série de políticas de governo – política industrial, a reforma agrária, o tratamento da agricultura familiar, a política externa –, que dialogam com o programa histórico do Partido e acumulam na superação do neoliberalismo.

Ao definir o caráter do governo como neoliberal a racionalidade da Contribuição leva a três importantes equívocos.

Em primeiro lugar, a política de ruptura e oposição ao Governo Lula é o encerramento do diálogo com a imensa maioria do movimento democrático e popular brasileiro que, mesmo possuindo uma avaliação crítica do Governo e levando adiante campanhas de mobilização em defesa das reivindicações históricas dos oprimidos, não se define como oposição ao Governo.

Em segundo lugar, se coerente, a lógica de rompimento com o Governo Lula leva a uma dinâmica de ruptura com as organizações de massas, que se mantém numa postura de **disputa não antagônica com o Governo**. Uma política de rompimento com a CUT, UNE, UBES, CMP influi negativamente na correlação de forças, diminuindo a capacidade da classe trabalhadora de avançar na superação do neoliberalismo.

Em terceiro lugar, as propostas de ruptura e oposição ao Governo Lula acabam por deixar de lado o enfrentamento à direita, ao PSDB e ao PFL.

Em nossa opinião, o neoliberalismo só retornará no Brasil com a derrota do Governo Lula e a volta do PSDB/PFL ao governo central. Daí que para nós os inimigos são outros e outra é a tática.

O combate para mudar os rumos do governo deve ser **um processo de disputa social** que se dá: a) no terreno do Partido, visando que o PT adote posicionamentos programáticos para dar à transição o sentido que propomos; b) na apropriação pública das ações do governo que vão ao sentido do que propomos; c) no aumento da ação de massas, da pressão dos movimentos sociais. Devemos propor iniciativas em cada uma destas áreas, a partir da unidade da esquerda petista e da busca de unificação dos movimentos sociais.

## 2) O Partido dos Trabalhadores e os Socialistas

Tratando do tema do PT a "Contribuição" sustenta:

- A ruptura com o Governo Lula é o elemento que permitirá redesenhar uma política de alianças com aqueles que estão dentro e fora do PT.
- O calendário institucional imporá, desde 2006, escolhas claras.

O elemento organizador da política proposta pela Contribuição é a necessidade da ruptura com o governo Lula. Em torno desse elemento é que se organiza o conjunto da intervenção política e das alianças dentro e fora do PT. Daí ser legítimo, em nossa opinião, compreender que a afirmação de que *"as eleições de 2006 impõem escolhas claras"* significa que a presença no PT, para os autores (as) do texto, justifica-se como uma manobra destinada a acumular forças para a construção, a médio prazo, de uma nova alternativa partidária.

É somente na perspectiva de constituição de uma nova ferramenta partidária que adquire racionalidade a proposta formulada de articular a convergência e a unidade de ação de militantes, que se encontram em projetos partidários distintos e conflitivos como, por exemplo, o PT e o PSOL.

Acreditamos que o PT é o "partido das classes populares" em nosso país, para o qual convergem e no qual se referenciam as parcelas majoritárias da vanguarda popular e sindical, da intelectualidade progressista e da juventude. Daí ser um grave erro dar as costas à disputa do PT, ao diálogo com o conjunto do Partido, em detrimento de uma política demarcatória que privilegia a relação com setores que abdicaram da disputa no Partido ou que já romperam com o Partido.

Em nossa opinião, mantém atualidade a formulação de que **"o PT segue sendo o espaço estratégico no qual disputa-se a construção de uma alternativa popular, democrática e socialista para o Brasil"**.

Julgamos que a disputa do Partido deve ser feita a partir de símbolos, signos, valores e história comum ao conjunto do petismo. É alicerçado nesses elementos que devemos nos *"dirigir ao conjunto do movimento social em torno ao PT e à experiência do governo, para disputar seus rumos estratégicos"* nos *"colocando os problemas de direção de todo o movimento e, além da crítica ao curso atual, contribuir para respostas que mudem esse curso"*.

O processo de disputa de rumos do PT exige *"agregar forças para intervir numa mesma direção"*. Daí defendermos *"como alternativa real a construção de uma grande corrente de esquerda no PT"*. A articulação da "Carta aos Petistas", movimento que tem como pólos estruturantes a DS e a AE, vem agrupando a quase totalidade da esquerda partidária e dezenas de parlamentares das bancadas federal e estaduais. Ela expressa o esforço de construir o diálogo e a polarização com os milhares de filiados (as) da base partidárias, com os inúmeros(as) dirigentes sindicais e populares, parlamentares e prefeitos(as) que vêm com olhos críticos a política do campo majoritário nacional mas que, até o momento se mantém distantes da disputa.

A disputa de rumos do Governo Lula é uma batalha social, de massas. Ela se dará através da articulação, a um só tempo, de uma corrente de massas da esquerda petista, do aprofundamento das ações de massa da Coordenação dos Movimentos Sociais em defesa de uma agenda popular para o Brasil, e de uma intervenção articulada na Bancada Federal e nas bancadas estaduais do PT.

## 3) Solidariedade e Lealdade: o funcionamento da DS e a IV Internacional

Ao tratar do tema da vida interna da Tendência e das relações com a IV Internacional afirma a Contribuição:

- A Coordenação Nacional aprovou a exclusão de militantes da Tendência que estão no PSOL e realizou uma ruptura, com a Quarta Internacional.

A "fração Liberdade Vermelha" foi lançada em maio de 2004. E antes mesmo do seu lançamento público, seus membros passaram a participar desse outro projeto partidário. Gesto este cujo significado é o de não estarem dispostos a submeter suas propostas ao debate coletivo da Democracia Socialista. Daí, que não há de se cogitar em "expulsão da Tendência", pois estamos diante de militantes que decidiram unilateralmente sair da DS para construir outros projetos partidários.

O problema com as(os) camaradas que saíram da Tendência e foram construir o PSOL reside na ruptura com os fundamentos de nossa democracia interna: participar do debate democrático, buscar formulações comuns construídas democraticamente e compromisso com as deliberações e com a ação comum.

Em relação à discussão com a maioria da IV Internacional, no caso do debate sobre o Brasil, tivemos uma ruptura com a própria história da Internacional. Rompendo com a tradição de a política nacional ser formulada pelas seções nacionais e de inexistir um centralismo internacional sobre a linha para cada país, o Comitê Internacional as vésperas de nossa Conferência Extraordinária, vota uma resolução em que afirma que permanência no Governo Lula é contraditória com nosso programa e legítima uma tática de presença em distintos espaços partidários – PT e PSOL -, ou seja, avoca a si poderes congressuais capazes de revisar as definições de nossa última Conferência Nacional.

No marco de nossas tradições de defesa de um internacionalismo democrático e militante, a ausência da representação da DS na reunião do Comitê Internacional foi a reação necessária à ruptura do padrão histórico de relação da Internacional conosco. Foi também a defesa da democracia interna da Tendência diante tentativa grosseira de usurpação dos militantes da DS como os únicos legitimados a deliberarem sobre as opiniões e a atribuírem a alguém a qualidade de militante da corrente.

#### **Assinam:**

Adelar Aguiar - Passo Fundo/RS; Ademar Guareschi - Procurador Município de Cruz Alta/RS; Ademir Pereira - Presidente da Zonal 113 PT Porto Alegre/RS; Adriana Perdomo – Setorial Anti-racismo DS/RS e Coordenação Municipal da DS Porto Alegre/RS; Alberto Carabajal (Beto Castelhana) - Presidente PT Novo Hamburgo/RS; Alex Della Mea - Vereador de Cruz Alta/RS; Alfredo Lameira - Santa Maria/RS; Alice Ritter - Secretária de Assistência Social da Prefeitura de São Leopoldo/RS; Amaro Souza - Secretário Geral Sindicato Bancários de Porto Alegre/RS; Ana Corso - Vereadora de Caxias do Sul/RS; Ancélio Brustolin - Caxias do Sul/RS; Anita Lucas de Oliveira - Vereadora de Novo Hamburgo/RS e Coordenação Nacional da DS; Antônio Vieira - Central de Movimentos Populares Canoas/RS; Arnaldo Dutra – Porto Alegre/RS; Arno Augustin – Coordenação Estadual da DS/RS; Arnoni Hanke – Executiva Federação dos Bancários do RS; Assis Brasil de Olegário Filho – Coordenação Municipal da DS de Porto Alegre/RS; Bertoldo Fagundes - Secretário de Agricultura de Cruz Alta/RS; Candido Machado – Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul e Coordenação Estadual da DS/RS; Carlos Pestana - Coordenação Nacional da DS Porto Alegre/RS; Célia Zingler - Sindicato dos Bancários de Santa Cruz do Sul/RS; Cesário Vitcel – Ijuí/RS; Chico Vicente – Secretário-Geral PT/RS e Coordenação Nacional DS Porto Alegre/RS; Claudia Prates – Presidenta da Zonal 160 PT Porto Alegre/RS e Coordenação Municipal da DS de Porto Alegre; Clélio Brandão Pereira - Santo Ângelo/RS; Clementino Lopes – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias Encruzilhada do Sul/RS; Dary Beck Filho – Presidente do Sindipetrosul Porto Alegre/RS; Delmar Stefen – Coordenação Municipal da DS de Porto Alegre/RS; Denise Falkenberg – Executiva Federação dos Bancários do RS Pelotas/RS; Ebrahim Shain - Porto Alegre/RS; Edimar Rosalino - Presidente da Associação de Hip Hop Vale dos Sinos/RS; Edio Vogel - Vereador de Ivoti/RS; Edson Portilho – Deputado Estadual PT/RS e Coordenação Nacional da DS; Eduardo Colombo (Dudu) - Secretário Municipal de Atividades Urbanas de Bagé/RS e Coordenação Estadual da DS/RS; Eduardo Mancuso – Coordenação Municipal da DS de Porto Alegre/RS; Eduardo Vitorazzi - Três Coroas/RS; Eliane Silveira – Secretária Mulheres do PT/RS e Coordenação Nacional da DS; Elvino Bohn Gass – Deputado Estadual PT/RS e Coordenação Nacional da DS; Emílio Neto - Vereador de Canoas/RS; Erick da Silva – Coordenação de Juventude da DS/RS; Estela Maris Fagundes – Secretária Municipal de Educação de Cruz Alta/RS; Eulália Nascimento – Executiva Estadual PT/RS e Coordenação Estadual da DS/RS; Everton Gimenez - Executiva Estadual CUT/RS; Fátima Alves - Porto Alegre/RS; Fernanda Streinbrenner - Cruz Alta/RS; Fernando Pereira – Coordenação Estadual da DS/RS; Flávio Helmann – Executiva Municipal do PT Porto Alegre/RS e Coordenação Municipal da DS; Floriseu Campos - Novo Hamburgo/RS; Gecira de Fiori – Coordenação Municipal da DS Santa Maria/RS; Gilberto Barrichello - Porto Alegre/RS; Gilberto Cunha - Presidente PT de Taquara/RS; Gilmar Valadares - Novo Hamburgo/RS; Glauber Lima – Coordenação Estadual da DS Santana do Livramento/RS; Gustavo Graminho(Macaco) - Caxias do Sul/RS; Helena Bonumá - Coordenação Municipal da DS Porto Alegre/RS; Inácio Fritzen – Executiva Estadual PT/RS e Coordenação Estadual da DS/RS; Isalino Kingeski - Secretário

Municipal Trânsito/Transporte de Cachoeirinha/RS e Coordenação Estadual da DS/RS; Ivan Duarte - Vereador de Pelotas/RS; Janquiel Papini - Coordenação Estadual de Juventude da DS Caxias do Sul/RS; Jeferson Henrique Pereira - Porto Alegre/RS; Jéferson Rodrigues - Coordenação Estadual da DS Santa Rosa/RS; João Acir Verle - Coordenação Estadual da DS Porto Alegre/RS; Jorge Tadeu Senna (Azul) - Setorial Anti-Racismo DS/RS; Jorge Vieira - Executiva Federação dos Bancários do RS; José Alcides Fonseca Ferreira - Coordenação Estadual da DS/RS; José Carlos Monteiro da Conceição - Executiva PT Porto Alegre/RS e Coordenação Estadual da DS/RS; José Cláudio Garcia; Setorial Anti-Racismo da DS/RS; Josias Bervanger - Secretário de Juventude PT Porto Alegre/RS; Juberlei Bacele - Executiva Federação dos Bancários RS; Leonardo Botega - Coordenação Municipal da DS de Santa Maria/RS; Lorisete Dias - Igrejinha/RS; Luciano Lima - Coordenação Estadual da DS Pelotas/RS; Lúcio Costa - Coordenação Nacional da DS Novo Hamburgo/RS; Luiz Felipe Nelsis (Piti) - Coordenação Nacional da DS; Luiz Laueremann - Coordenação Estadual da DS/RS; Luiz Marques - Porto Alegre/RS; Luiza Pieniz - Secretária de Planejamento de Cruz Alta/RS; Magda Flores - Bancada do PT Assembléia Legislativa/RS; Márcio Oliveira - Setorial Anti-Racismo da DS/RS; Marco Daneluz - Vereador de Caxias do Sul/RS; Maria Antônia Fagundes - Cruz Alta/RS; Maucio José Klein - Dois Irmãos/RS; Mauren Pacheco - Coordenação Estadual da DS/RS; Miguel Stefen - Dois Irmãos/RS; Miguel Swemdwer - Dois Irmãos/RS; Natália Streibrenner - Secretária de Assistência Social de Cruz Alta/RS; Nei Sena - Direção CPERS Sindicato e Coordenação Estadual da DS/RS; Nestor Schwernert - Secretário Municipal do OP São Leopoldo/RS e Coordenação Estadual da DS; Neusa Azevedo - Delegada Regional do Trabalho/RS e Coordenação Nacional da DS; Neuza Tito - Secretaria Estadual de Mulheres do PT/RS; Odir Tonollier - Porto Alegre/RS; Orlando Desconsi - Deputado Federal PT/RS e Coordenação Nacional da DS; Paulo Fier - Ivoti/RS; Paulo José Schimidt Brachdvoegel - Dois Irmãos/RS; Paulo Ludwig - Coordenação Estadual da DS Viamão/RS; Paulo Marques - Coordenação Estadual da DS Alvorada/RS; Paulo Ribeiro - Coordenação Estadual da DS Canoas/RS; Pedro Claros - Alvorada/RS; Pepe Vargas - Coordenação Nacional da DS Caxias do Sul/RS; Quener Chaves - Setorial Anti-Racismo da DS/RS; Ramão Moreira - Santa Rosa/RS ; Raul Pont - Coordenação Nacional da DS; Rita Sanco - Diretora do Demhab de Gravataí/RS e Coordenação Nacional da DS; Rodrigo Beltrão - Caxias do Sul/RS; Ronaldo Zeni - Sindicato dos Bancários de Porto Alegre/RS; Ronaldo Zulke - Deputado Estadual PT São Leopoldo/RS; Rosane da Silva - Executiva Nacional da CUT e Coordenação Nacional da DS; Sandra Mara Oliveira - Setorial Anti-Racismo da DS Porto Alegre/RS; Selvino Schieibel - Sapucaia do Sul/RS; Sérgio Kapron - Porto Alegre/RS; Silvana Klein - Executiva do SINTRAJUFE/RS e Coordenação Municipal da DS Porto Alegre/RS; Sirlanda Celau - Alvorada/RS; Sofia Cavedon - Vereadora de Porto Alegre/RS e Coordenação Nacional da DS; Stênio Rodrigues - Setorial de Saúde da DS/RS; Sylvia Severo - Secretária Mulheres do PT e Coordenação da DS de Porto Alegre/RS; Tales Fernando V Rosa da Rosa - Setorial Anti-Racismo DS Porto Alegre/RS; Tarcisio Zimmermann - Deputado Federal PT/RS e Coordenação Nacional da DS; Ubirajara Toledo - Setorial Anti-Racismo da DS Porto Alegre/RS; Ubiratan da Cunha Guilherme - Executiva Municipal PT de Parobé/RS; Ubiratan de Souza - Coordenação Estadual da DS Porto Alegre/RS; Valério Lopes - Central de Movimentos Populares Eldorado do Sul/RS; Vânia Damin - Setorial Mulheres DS e Coordenação Estadual da DS Caxias do Sul/RS; Vera Ratke - Vice-Presidente PT Cruz Alta/RS; Vilson Roberto dos Santos - Prefeito de Cruz Alta/RS; Waldir Bohn Gass - Presidente do PT Porto Alegre/RS.

## As armadilhas da razão sectária

**Este texto é uma tentativa de dialogar criticamente com os fundamentos do documento “Contribuição ao debate para a Conferência Nacional da Tendência Democracia Socialista”.**

1. A primeira pergunta que ressalta quando lemos o documento dos companheiros da DS é: por que lançaram mão do artifício de reproduzir os principais trechos da Carta à direção da tendência escrita pelos companheiros Daniel Bensaid, Michael Lowy e Francisco Louçã? Certamente é um recurso de argumento de autoridade. Ora, tal carta foi escrita antes do documento base da nossa Conferência, aprovado por sua coordenação nacional. Que debate é este que recusa os termos em que é colocado? Trata-se realmente de debater ou apenas de marcar posição? Esta preocupação fica ressaltada com o fato da Carta já partir do diagnóstico concluído e não demonstrado de que o governo Lula é “social-liberal”. Assim, o principal tema do debate fica sem discussão propriamente argumentativa sujeita à contestação de razões analíticas ou de evidências. O termo “social-liberal” é aplicado pelos companheiros da Direção da Quarta Internacional para designar os governos europeus dirigidos por partidos social-democratas, com políticas neo-liberais e bases nas classes trabalhadoras. Na verdade, analisa-se o caso brasileiro do PT e do governo com base em uma analogia com a experiência destes partidos e governos europeus. A analogia dispensa o conhecimento real das mediações que fazem um caso histórico único e irrepetível. Enquanto a analogia funciona, a inteligência descansa porque a conclusão está de antemão pronta. Assim, o mesmo conceito serviria para designar o campo das experiências do governo Lula e do governo Blair, o PT e o partido social-democrata alemão, por exemplo?

2. Mas quando este diagnóstico tão “seguro e definitivo” sobre a experiência do governo Lula foi sintetizado? Uns já haviam concluído antes do governo começar (sequer votaram nele e encararam a vitória de Lula como uma derrota histórica da esquerda brasileira); outros já no tempo zero de governo (não deveríamos participar de um governo com participação de burgueses); uns outros passaram a defender abertamente esta posição a partir da criação do P-Sol; enfim, houve quem defendesse a saída do governo a partir do calendário eleitoral das eleições de 2004, calculando instrumentalmente as táticas da luta contra a maioria do PT. Estas diferenças do tempo da conclusão sobre o governo Lula são significativas, mas tenderam a se ajustar, foram precipitados, pelo cronograma do P-Sol. O tempo das necessidades de fundação, construção e lançamento de uma candidatura alternativa à presidência pelo P-Sol em 2006 passou a ser o tempo do posicionamento em relação ao governo Lula. O que há de comum em todos estes tempos é que o balanço do governo Lula não é feito de acordo com o seu tempo histórico de experiência. A “experiência” já está feita na cabeça de quem fez o diagnóstico. Só resta colher dados para confirmá-lo. Na verdade, os companheiros nunca apresentaram ao debate interno da tendência um texto teoricamente fundamentado e empiricamente sólido para comprovar os seus juízos. Tal texto, submetido ao debate democrático de discussão da tendência, seria contraditório com as necessidades da delimitação política pública. Com a fundação do P-Sol, tiveram que passar cedo demais da análise para a crítica, da crítica para a condenação, da condenação ao combate.

3. O recurso à analogia e o tempo precipitado da conclusão coincidem, e não poderia deixar de ser diferente, com uma forte mediocridade do campo analítico sobre o governo Lula. Três recursos metodológicos são mobilizados: o centro é sempre a caracterização da gestão macro-econômica para definir de modo economicista o caráter geral do governo; as demais políticas estruturantes do governo ( política externa, políticas sociais, regulação do mercado e dinâmicas das instituições do Estado, relação com os movimentos sociais) são tratadas como secundárias ou irrelevantes ou de forma positivista, sem contradições; a análise é centrada no governo e não no movimento geral das forças políticas e das classes. Cria-se assim um raciocínio circular: o governo é neoliberal porque a gestão macro-econômica é neoliberal; logo, há uma hegemonia neoliberal e todo o resto das políticas é subordinado à lógica neoliberal. As informações são sempre seletivas (não se reconhece nenhum avanço do governo em qualquer área e quando algum é citado é para ser desqualificado uma linha após), jornalísticas, fragmentadas. Assim como se criou um tempo alheio à experiência para condená-la, a externalidade neste tipo de análise é um mérito e princípio analítico. Com isto, o que se abandona não é pouco: é a própria condição orgânica da vanguarda política, seu enraizamento na luta de classes, seu conhecimento prático das situações, suas intuições ainda informadas, mas que podem ser decisivas, a própria dúvida criativa que é fundamental em uma experiência histórica das proporções e significados de governar o Brasil. Ora, a DS é uma corrente de militantes revolucionários que tem inserção real na luta de classes, em várias delas com peso de direção. Está presente em várias regiões do Brasil, na CUT, no PT, no Parlamento, em prefeituras, no movimento feminista e de negros, na direção de um ministério estratégico do governo Lula. Esta riqueza de raiz não aparece nos textos, mas informações e julgamentos muitos sumários dos companheiros. Por exemplo, onze linhas são escritas sobre a nossa experiência no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ora, colheu-se sequer informações junto aos companheiros que estão fazendo este esforço histórico e memorável de reconstituir uma cultura de reforma agrária da esquerda brasileira? Com que base se faz um balanço como este, com que autoridade externa à experiência se conclui ?

4. O item 2 da “contribuição...” faz a diferenciação entre partido e governo, entre PT e governo Lula, de modo simplificado e abstrato. “O partido é um produto das lutas. O governo é uma instituição de Estado”. Ora, isto vale para qualquer país, em qualquer situação histórica. Mas a situação é muito mais complexa. Como sabemos, o PT desde o seu nascimento fez a opção por se inserir no quadro contraditório das instituições brasileiras em processo de democratização. Hoje, não é pequeno o grau de “estatalidade” do PT. Da mesma forma, o caráter “estatal” do governo Lula está contraditoriamente relacionado, em vários níveis, com as tradições, entidades e lideranças dos principais movimentos sociais brasileiros. Movimento sindical, MST, Contag, movimentos sociais urbanos, movimentos feministas, movimentos negros, movimentos gays, movimentos ecológicos, ONGS progressistas, até mesmo a organização do Fórum social Mundial contou com forte envolvimento do governo Lula. Nesta forte inserção entre governo, partido e movimentos sociais se disputa o futuro do governo Lula. Como, então, disputar o PT saindo do governo Lula e fazendo oposição a ele? Na verdade, a lógica de quem está propondo a saída do governo é a de preparar também a saída do PT a tempo de apoiar um candidato de oposição à presidência.

5. Na verdade, o tempo alheio à experiência, a exterioridade em relação a ela, a abstração das ricas relações entre governo-partido-movimentos sociais criada no sentido histórico pelo PT remetem a uma fixação a um paradigma clássico de revolução a partir do qual se condena liminarmente a experiência. No fundo, trabalha-se com a noção de um governo de transição ao socialismo, capaz de imprimir uma dinâmica aberta e geral de confrontação com o imperialismo, com as instituições burguesas, com o grande capital financeiro, industrial e agrário apoiado na mobilização das massas. Mas Trotsky tinha uma avaliação da crise geral do capitalismo (com muito ingredientes de realismo no contexto da grande crise de 1929 e das guerras mundiais) e da iminência potencial da revolução mundial. Isto se mantém? Trotsky trabalhava com dinâmicas insurrecionalistas como centro da estratégia e não previa a chegada de partidos socialistas ao centro do Estado burguês via eleições. Como operar uma transição neste contexto? E principalmente: Trotsky não tinha desenvolvido um conceito pleno de democracia socialista (apenas defendia o pluralismo no interior do movimento operário). Como fazer a transição em um contexto de pluralismo democrático com as forças burguesas? Trotsky também trabalhava com a possibilidade de desbordar “direções traidoras” através do impulso revolucionário do proletariado. Mas como fazer isto se não é este o movimento fundamental do proletariado? A verdade é que estamos trabalhando para além da experiência do socialismo internacional e a experiência reivindica de nossa parte um enorme, complexo e inovador esforço de elaboração. Como responder aos complexos desafios de superação do neoliberalismo em um país da semi-periferia no contexto atual? O recurso a um paradigma fixado de revolução (que não tem compatibilidade inclusive com a própria alternativa que se coloca em prática, senão ao nível da caricatura) serve apenas para anatêmizar posições, denunciar “novos traidores”. É mais uma forma de recusar um debate construtivo, livre e aberto.

6. Falar de tudo isto – do tempo alheio à experiência, da externalidade da análise, do sentido abstrato das relações partido-governo, do paradigma de revolução congelado e anti-histórico da imaginação- significa identificar as armadilhas de uma razão sectária. Mas a maior delas remete ao sentido ético-político destas posições. O que significa dar as costas a uma experiência de tal magnitude, que custou esforço militante, vidas e até atos de verdadeiro heroísmo social de toda uma geração para tomar como aliados preferenciais correntes ultra-sectárias de escasso valor para a história da luta pelo socialismo no Brasil? Que ética revolucionária é esta que faz do combate à esquerda existente no Brasil a prioridade do seu sentido de ser e agir? Que ética revolucionária toma o partido do povo “traído” mas sem o povo, da reforma agrária mas sem o MST, dos trabalhadores mas sem a CUT e assim por diante? Qual ética revolucionária autoriza alguns a acusar companheiros revolucionários de “governistas”, que teriam trocado suas consciências por interesses materiais? Que ética revolucionária é essa que nem dialoga nem percorre os caminhos democráticos do debate? Em certas culturas revolucionárias, a ética da revolução se desvinculou dos valores humanistas e democráticos. Ao fazer isto, o que os auto-intitulados revolucionários fizeram foi converter o socialismo de um bem público em patrimônio de seitas, o espírito largo da história em assunto de brigas fratricidas, a solidariedade humanista com os sofrimentos do povo e dos trabalhadores e seu difícil processo formativo como protagonistas da história em cálculos de luta política.

7. Fugir às armadilhas da razão sectária não é armar-se sectariamente de uma razão reta e imune à experiência. É convidar ao debate realmente democrático, em nome da memória fraterna do já vivido, do respeito mútuo que nos merecemos, dos valores que ainda julgamos compartilhar. Precisamos de toda a força acumulada da esquerda socialista e dos lutadores dos movimentos sociais para disputar os rumos do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores. A razão sectária não é nossa inimiga: estão ainda aí, anos a desafiar, a cotidianamente afrontar os nossos sonhos de transformação social, os nossos verdadeiros inimigos de classes, aqueles que exploram, oprimem e criam até guerras em nomes dos interesses do capital.

Juarez Guimarães  
Assina em apoio o GTn.

## Capítulo 3 – Outras contribuições

### Não haverá socialismo enquanto houver racismo

#### Introdução

A construção do estado brasileiro consolidou-se pela implementação da ideologia racista que perdura até hoje, sob várias formas de manifestações. Desde a crueldade escravocrata à "sutileza" da contemporaneidade que mantém na diferença da cor da pele a exclusão racial. Estatisticamente os índices oficiais comprovam que vivemos em dois países distintos. O Brasil negro em relação aos índices de desenvolvimento humano (IDH) da ONU compara-se aos países mais subdesenvolvidos do mundo. O país não negro tem mais acesso aos meios de desenvolvimento sócio econômico; saúde, educação, habitação, e trabalho. Estando entre os países desenvolvidos na escala mundial. Esta tabulação realizada pelo economista Marcelo Paixão cita também que comparativamente a população negra carece de saneamento básico, e ao mesmo tempo é a principal vítima da violência institucionalizada.

As relações sociais e políticas no Brasil trazem consigo esta herança estrutural, crônica, e emblemática. É importante lembrarmos que este sistema é originário de formulações teóricas que justificavam a inferioridade dos africanos em relação aos europeus. Relegando ao povo negro a condição inumana sob o signo da plena civilização e do desenvolvimento da humanidade. A partilha da África pela Europa pragmaticamente irrompeu a sociedade de matriz africana implementando o capitalismo mercantilista. O escravismo e a exploração das riquezas naturais sustentaram o desenvolvimento comercial e industrial no mundo. O mesmo regime foi adotado no Brasil a partir do tráfico negreiro, que alicerçou a construção do estado brasileiro. Mantido por mais de 300 anos pelas instituições e pela legislação constitucional.

A abolição da escravatura em 1888 estabeleceu um novo período do racismo brasileiro. Expulsando a população negra de um Brasil moderno, cosmético, e eurocêntrico. Sem qualquer tipo de indenização pela força do seu trabalho. Este momento oficializou o neocolonialismo onde os negros carregariam o estigma da cor da pele, como diferencial nas relações raciais. Nisto, houve também a expulsão dos negros das terras e do mercado de trabalho devido ao processo de embranquecimento promovido pelo estado. Criando-se uma classe trabalhadora assalariada de imigrantes europeus.

#### Reparação. Ações Afirmativas, e Cotas.

Em 29 de Abril de 1993 em Abuja, Nigéria, a Organização de Unidade Africana e o Grupo de pessoas eminentes apresentam na África a necessidade de criar mecanismos para a consolidação do tema Reparação. Este referencial de luta resgataria as perdas resultantes do escravismo, colonialismo, e neocolonialismo na África e na diáspora. A suspensão da dívida externa seria um fator preponderante como eixo central de reivindicação. O princípio básico é a responsabilidade do Estado como sustentáculo de regimes nefastos e desumanos. A Reparação resgata o que foi espoliado e reestrutura a sociedade a partir de conceitos e princípios de matriz africana.

No caso de Brasil, justifica-se a situação de exclusão racial contemporânea devido a participação do Estado na institucionalização do racismo durante o regime escravocrata e pós-abolicionista. Conclui-se que os índices de exclusão da população negra atualmente têm uma origem histórica, "o processo de construção do estado brasileiro". Mas, além de tudo, Reparação é rever o que parece lógico nos parâmetros morais, éticos, educacionais e políticos de uma sociedade formada através de processos de segregação e exploração. Estes padrões devem ser contestados pois representam referenciais dentro da ótica de manutenção da elite e da burguesia. A relação política vigente no país, a corrupção, e o crime organizado demonstram a institucionalização da visão da oligarquia que permanece monopolizando os rumos do país.

A Reparação é o elemento que deve desmascarar a hipocrisia e se colocar antagonicamente ao sistema sócio econômico vigente que vem inviabilizando qualquer mudança concreta. Se não resgatar o que foi espoliado, não há Reparação. As ações Afirmativas são políticas integracionistas oriundas do governo americano na década de 60, onde várias ações de políticas públicas e privadas foram implementadas. Conjuntamente com o sistema de cotas raciais na educação e no mercado de trabalho principalmente. O movimento de resistência pelos direitos civis liderados por Martin Luther King, Malcolm X, Panteras Negras exigiu medidas concretas do governo americano. Os avanços são consideráveis em áreas como a educação, mas o abismo de distribuição e concentração de renda privilegia os brancos largamente em relação aos negros.

No Brasil, estamos acompanhando uma grande polêmica em função das políticas de cotas nas universidades. Do ponto de vista do movimento negro esta reivindicação está no limite da inoperância do próprio poder público. Esta falta de compromisso efetivo agrava a situação da população negra em todo o país. O Estado em si não demonstra interesse na transformação da ordem sócio econômica mantendo a cor da pele como parâmetro de diferença étnica, e impedindo o acesso a oportunidades iguais. Sendo assim, a política de cotas torna-se necessária e urgente como mecanismo de discriminação positiva à integração de grupos excluídos como os afrodescendentes. Nisto, criou-se uma grande aversão e contrariedade de segmentos da sociedade e da população em geral em relação às cotas. Os argumentos vão desde privilégios até a caracterização paliativa da proposição. Ou mesmo que a questão da exclusão é geral independente da cor da pele, sendo de fato estritamente econômica. A defesa da política de cotas é necessária para estabelecer uma situação real e pragmática com a mudança das relações raciais no Brasil.

### **Conjuntura Nacional**

O Programa "Brasil sem Racismo" do Partido dos Trabalhadores foi o referencial de diretrizes de políticas públicas para o Governo Lula, embora não constasse a Reparação como eixo principal a ponto de ser suprimida do texto. Este fato reflete limites de rompimento da ordem estrutural, admitido por setores do movimento negro da corrente articulação unidade na luta. A carta aos brasileiros já acenava a posição do futuro governo em relação aos contratos internacionais e ao Fundo Monetário Internacional. Sem dúvida, o Governo Lula avançou assumindo a responsabilidade do estado pelas dívidas causadas pelo tráfico negreiro. A nomeação de ministros negros e criação da SEPPIR - Secretaria Especial pela Promoção da Igualdade Racial demonstram o interesse do governo em criar mecanismos que articulem políticas públicas para os afrodescendentes. Em 2005 foi decretado pelo presidente o ano da promoção da igualdade racial, onde se realizará a Conferência Nacional da SEPPIR para construção de políticas públicas.

No cenário municipal, tivemos uma boa experiência em Porto Alegre na gestão do prefeito João Verle, que demonstrou convicção na implementação de medidas importantes como o processo reparatório que reconhece o Quilombo da Família Silva. Este território está localizado em um bairro nobre de grande interesse imobiliário. Outra ação importante da administração popular foi a legislação do sistema de cotas nos concursos municipais. No entanto, devemos analisar a conjuntura atual evidenciando alguns fatores conceituais previamente expostos para concluirmos com precisão o quadro das relações raciais.

A referencia principal é o projeto político do campo de esquerda e o comprometimento com a construção do socialismo. Além dos princípios básicos acumulados a partir do debate da Democracia Socialista e sua inserção no movimento social negro. Começemos explicitando situações de contradições e vários problemas relacionados a política de governo e a visão da sociedade. Vejamos fatos que estão na pauta do movimento negro brasileiro; tramita no congresso nacional o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim, que esperamos que seja aprovado este ano. Sabemos que dois pontos polêmicos podem descaracterizar a essência do projeto, ou seja, o fundo de reparação que não é defendido pelo governo, e a linha da diversidade aplicada para suprimir a especificidade de ações para a população negra. Esta última posição é simplesmente contrária ao acúmulo do movimento negro.

Quanto a Reforma Universitária, deveria trazer em sua centralidade as questões crônicas de sucateamento da universidade pública e gratuita. Como também a respeito da falta de investimento orçamentário. Propondo o melhoramento das condições estruturais, e melhores salários ao quadro funcional, aumentando a qualidade e ampliando a oferta de vagas. Ao contrário disto, o Prouni propõe subsídio fiscal às instituições privadas de ensino, classificadas como filantrópicas, ou cadastradas como sonegadas.

As cotas raciais estão sob o condicionamento dos interesses corporativos da iniciativa privada que sempre abusou da lucratividade acima de tudo. Dessa maneira, o tema cotas foi jogado no fogo cruzado a partir da aversão da sociedade pela falta de aprofundamento do debate. As instituições de ensino privado reagiram contrariamente e o Congresso Nacional divagou na tentativa de desgastar o governo. Aliás, se o governo tivesse no seu programa a implementação do sistema de cotas, garantiria este critério nos concursos públicos realizados até agora.

Em relação à titulação e demarcação das terras remanescentes de quilombos a meta estabelecida em 2004 sequer foi priorizada, demonstrando uma nulidade em relação a conquistas objetivas. A Fundação Cultural Palmares vem realizando um bom trabalho na certificação e acompanhamento das demandas das comunidades quilombolas no país. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra demonstram um tratamento incipiente para a questão, além da falta de orçamento necessário para o processo de demarcação, indenização, e titulação. Contudo, ainda temos sérios problemas em algumas regiões do país como no Rio Grande do Sul, onde a ampliação da BR 101 atinge o território quilombola da comunidade do Morro Alto em Osório. Em Gravataí, a comunidade de Manuel Barbosa tem a GM - General Motors sobre

suas terras.

Analisando estas questões: Estatuto, Prouni e Quilombos, nota-se que a concepção elitista que detém o poder continua mantendo privilégios. Acionando as barreiras estruturais que impossibilitam avanços concretos. Ainda mais, quando a política econômica converge com a manutenção desse modelo, que não permite avanços sociais. Neste sentido, o movimento negro social realizará em novembro a marcha ZUMBI + 10, que cobrará do estado brasileiro a suas responsabilidades. E o compromisso em reparar os danos cometidos pelo regime escravocrata que perdura até hoje.

No dia 19 de março passado em São Paulo, várias organizações do movimento negro e do movimento social, além de partidos políticos do campo de esquerda, setores da igreja católica e dos terreiros de matriz africana, estiveram debatendo a organização da marcha que prevê mais de 100 mil participantes. Neste cenário, é necessário que a Democracia Socialista reafirme o seu propósito de referência no campo da luta de classes, e na organização dos trabalhadores com o viés da luta racial. Pois um projeto político para o país que desconsidere que mais da metade da população é negra estará fadado ao fracasso.

No âmbito da construção partidária, a corrente deve consolidar-se como referência de esquerda no Partido dos Trabalhadores. Buscando evidenciar as contradições do rumo do Governo Lula. Rearticulando-se com os movimentos sociais e defendendo as conquistas da classe trabalhadora. Reavaliando a prioridade de atuação a partir dos espaços institucionais. Isto vem causando uma verdadeira descaracterização dos princípios básicos de uma tendência revolucionária e comprometida com a luta internacional.

**Assinam este documento:**

Edson Portilho - Dep. Estadual PT/RS; Adão Marques - PT Sapucaia do Sul/RS; Emir da Silva - M. Negro; Talis Rosa da Rosa - Núcleo de Negros/PT; Jussara de Quadros - Setorial Estadual/PT Caxias do Sul/RS; Luis Alberto da Silva - Setorial DS/RS; Jair Xavier dos Santos - Pres. Sindicato Sapateiros de Novo Hamburgo/RS; Adalbani Beatriz Machado - M. Negro Novo Hamburgo/RS; Jurassira Silva - Quilombo M.Barbosa Gravataí/RS; Carmem Maia – CPERS/RS ; Claudionei Carrasco - Mov. Negro; Wilmar da Silva Francisco - PT Esteio/RS; Vanderlei Amaro - PT Canoas/RS; Stênio Dias Rodrigues - Setorial de Saúde da DS/RS; Maria Juliana Moura Correia - Setorial de Saúde da DS/RS; Everton Luis Abreu de Jesus – Setorial de juventude da DS/RS; Gisiane Marques – Juventude do PT Sapucaia do Sul/RS; Gabriel Crespim Mendes – Juventude do PT Canoas/RS; Irene Romero - Movimento de Mulheres Negras; Angélica Sewal Nascimento – Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo/RS.

# **Um Mundo sem Racismo é Possível**

## **1 - A Tendência Democracia Socialista e a Questão Racial**

O racismo surge no mundo como uma forma de garantir uma dominação política, social e econômica de um agrupamento étnico sobre outro. No caso do racismo em relação aos negros, este surge e ganha força em um período mercantilista, para justificar a escravidão e o tráfico negreiro em um contexto colonial. O Brasil, que viveu praticamente 4 séculos de seus mais de 500 anos de história após a invasão portuguesa sob um regime escravocrata, é um espaço onde a discriminação racial eterniza a posição social ocupada pelas negras e negros, o que se verifica com maior evidência nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e ao sistema educacional. O estado brasileiro teve - e tem até hoje - um papel decisivo nesse processo, ao entender a escravidão como natural durante muito tempo; ao não criar condições para que os recém libertados após a abolição assumissem suas cidadanias; e ao não reagir à altura frente às estatísticas.

**A DS entende que a construção do socialismo passa necessariamente pela superação das desigualdades raciais no mundo. O combate ao racismo, nesse sentido, é uma luta estratégica e um dos elementos programáticos centrais em um país como o Brasil, que concentra a maior população negra no mundo após a Nigéria.**

Este texto é uma contribuição de militantes do setorial anti-racismo da Tendência Democracia Socialista do PT aos debates de sua Conferência Extraordinária.

## **2 - A Luta Anti-Racismo na América Latina**

A Pré-Conferência das Américas realizada no Chile como etapa preparatória para a Conferência da ONU em Durban (África do Sul) em 2000 foi um momento importante de aproximação entre o movimento negro e outros povos latinos – em especial os indígenas. Este ano, a realização da “Conferência Santiago + 5” é um momento oportuno para fortalecer laços, realizar um balanço político do último período e pensar ações que nos unifiquem em torno de bandeiras comuns, o que coincide com sinais de uma retomada da capacidade de iniciativa política popular e derrotas eleitorais de forças conservadoras neoliberais na América Latina.

Trata-se, portanto, de um momento ímpar para impulsionar o desencadeamento da transição do domínio absoluto do neoliberalismo para a construção de um outro cenário mais favorável às classes trabalhadoras e a setores oprimidos – em particular negras e negros. Isto será possível através de processos de mobilização internacionais de caráter antiimperialista, aprofundando o impasse que o projeto ALCA vive e fortalecendo a legitimidade do projeto Mercosul de forma ainda mais ampla na América do Sul. A luta contra o racismo deve se dar em sintonia com as lutas mais gerais pela superação das desigualdades sociais na América Latina.

## **3 - O Governo Lula e a Promoção da Igualdade Racial**

A vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 é um reflexo da sede de mudanças por parte do povo brasileiro, um desdobramento do alcance do PT como um patrimônio sem precedentes históricos para a classe trabalhadora e os setores oprimidos no país, e portanto a derrota de uma forma de governar que predominou na política brasileira nos últimos 8 anos. Ao mesmo tempo, as forças conservadoras mantêm o controle sobre outras fatias do poder, como o legislativo, o judiciário ou os meios de comunicação, buscando se reorganizar para a disputa do governo federal tendo como pólo aglutinador o PSDB. Foi nesse contexto que o setor majoritário no PT e no governo optou por medidas de conciliação com as “forças do mercado” e evoluiu de uma forma contraditória até os dias atuais.

### **Pensar um Brasil melhor para negras e negros exige de nossa parte dois esforços:**

1. Uma política econômica capaz de condicionar os avanços sociais que podemos alcançar;
2. A garantia de políticas específicas que possibilitem nossa inclusão, nos garantindo a conquista definitiva da cidadania plena, e isto passa necessariamente pelo sucesso da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial);
3. A política econômica conservadora aplicada pelo governo federal expressa o prevailecimento da subordinação do país aos ditames do capital, enfraquecendo ainda mais o estado em relação ao mercado. O Banco Central e o Ministério da Fazenda, respectivamente responsáveis pela política de juros altos e pela política de superávits primários, bloqueiam a capacidade do governo investir em seus programas de inclusão social – dentre os quais o programa “Brasil sem Racismo”.

A Seppir é um fato inédito na história política brasileira, um organismo sem equivalente no mundo

todo. A sociedade em geral e o movimento negro em particular receberam com simpatia a criação de um órgão específico cuja tarefa é a promoção da igualdade racial, justamente pelo formato inovador que este órgão possui, uma vez que a Fundação Palmares estava ligada ao Ministério da Cultura, de acordo com a equivocada concepção que lê o racismo como um fenômeno meramente cultural, e portanto não estrutural. Com o tempo, a Fundação Palmares acabou ganhando novas funções que estariam fora do tema cultura, o que a sobrecarregou, ultrapassando a capacidade de dar respostas que a sua própria estrutura de organização permitia. A Seppir, além de possuir maior peso político para dentro do governo e expressão pública para fora perante a sociedade, nasce de uma outra concepção: deve ser um órgão que organize e desencadeie ações anti-racismo e de promoção da igualdade racial, incidindo no conjunto de governo através dos seus ministérios.

É preciso uma enorme mobilização social, que aprofunde a conscientização e politize cada vez mais o debate anti-racismo, para a disputa de hegemonia na sociedade e a legitimação de nossas medidas específicas perante um governo que tem em seu arco de alianças uma imensidade de partidos políticos que não possuem um histórico de contribuição com este debate (que entra diretamente em choque com seus programas), contando inclusive com o pressuposto de que algumas questões mais polêmicas encontram resistência dentro do próprio PT.

### **3.1 - Desenvolvimento Étnico-Sustentável aos Remanescentes de Quilombos**

Uma das vitórias do movimento negro em 1988, quando organizou uma mobilização de enfrentamento às comemorações do centenário da abolição pelo governo Sarney, questionando assim a “história oficial” e o mito da democracia racial, foi a inclusão na Constituição Federal do reconhecimento da propriedade definitiva da terra às comunidades remanescentes dos quilombos. Ficou determinado ao estado brasileiro “emitir-lhes os respectivos títulos”. Conforme delegação do governo brasileiro, caberia à Fundação Palmares identificar, demarcar e titular estas áreas.

Nos 14 anos que se passaram de 1988 até o término do governo FHC, o que se viu foi uma lentidão que beirava a paralisia total. Das 1.000 comunidades catalogadas oficialmente (o movimento negro entende que este número é 3 vezes maior), apenas 18 receberam seus respectivos títulos da Fundação Palmares, o que representa muito pouco: 1,8 % do total. Isto sem mencionar a questão da Base de Alcântara, que para além de ser uma agressão à soberania nacional é também um desrespeito à Constituição Federal, uma vez que naquela área reside uma comunidade remanescente de quilombo.

O governo Lula tem o papel de acelerar o processo de titularização destas comunidades, cumprindo à risca o que manda nossa Constituição e respeitando e reconhecendo um legado de luta contra a escravidão e pela liberdade. Mais do que isto, cabe ao governo desenvolver projetos de economia popular solidária junto a estas comunidades, assegurando a elas o legítimo direito à sobrevivência e à autodeterminação. As metas de titulação das terras dos Remanescentes de Quilombos (os Quilombolas) só serão atingidas pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) a partir do fim nos cortes orçamentários e do aumento dos investimentos sociais, o que pressupõe a mudança na política econômica.

### **4 – A Disputa de Rumos do PT**

A Secretaria de Combate ao Racismo do PT é uma conquista de negras e negros no interior do partido, um instrumento fundamental para a organização de uma intervenção do PT no movimento negro e para que o PT assuma por inteiro nossa contribuição programática específica em sua formulação mais geral. Ao longo dos últimos anos, nosso setorial esteve ativamente presente aos debates, mobilizações e eventos partidários com a sua contribuição, o que culminou com a elaboração do programa “Brasil sem Racismo” durante a campanha de Lula em 2002 e apontou para a construção da Seppir e a indicação de Matilde Ribeiro para ocupar o posto de Ministra. A DS foi construtora de primeira hora deste setorial, sendo portanto parte deste movimento desde sua origem até o momento atual.

Ao longo dos últimos anos, o PT vem vivendo uma crise de valores, o que fica muito claro no rebaixamento de seu programa, nos ataques contra a sua democracia interna e pluralidade e na sua dependência e atrelamento ao governo. A Secretaria de Combate ao Racismo é parte integrante do partido e vem sofrendo junto com ele os ataques a valores históricos e os recuos programáticos. Seu coletivo nacional nunca se reuniu com a equipe da Seppir, se limitando a assistir as ações do governo federal. É necessário reconduzir nosso setorial ao seu papel de direção e independência política, acompanhando o processo mais geral de disputa de rumos no PT. O PED é um momento único para este debate.

### **5 – O Movimento Negro e sua Agenda de Lutas**

O ano de 2005 foi estabelecido por decreto do presidente Lula como o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial. A Seppir, juntamente com a sociedade civil, estará realizando “Conferências Estaduais” até o final de abril e em junho a “1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial”. Isto faz do 1º semestre um período de questionamento a governos estaduais e a Prefeituras Municipais acerca de suas políticas de superação da igualdade racial, além de proporcionar um balanço dos 2 anos do governo Lula,

apontando diretrizes para o próximo período e atualizando assim o nosso programa. Será uma oportunidade inédita para desmascarar o caráter racista que orientou as ações do poder público historicamente e a necessidade de reversão deste quadro.

O segundo semestre, por sua vez, será palco das mobilizações para a “Marcha Zumbi + 10”, repetindo o feito de 1995, quando o movimento negro levou mais de 35 mil pessoas à Brasília, tencionando o governo FHC e encaminhando algumas de nossas demandas. Foi um importante momento na história da resistência negra no Brasil, onde ficou evidente o caráter conservador e racista do governo FHC. O ano 2005 será palco de novas mobilizações, que passam pela construção de comitês de base para a articulação de um amplo movimento que vislumbra dar ainda mais visibilidade para nossa luta, atraindo o foco do Governo Lula para a importância das políticas públicas de promoção da igualdade racial e assim fortalecendo o trabalho da Seppir, reforçando a necessidade de sua existência. A unidade política em torno desta proposta é que vai assegurar nossas conquistas pontuais e possibilitar o acúmulo de forças para novas conquistas.

A participação popular é uma das formas de reverter à força da direita no Congresso nacional, impedindo que o governo fique refém de suas politicagens. Para tanto, o governo deve dividir a responsabilidade de governar com a população organizada. Neste sentido, destaca-se também o peso fundamental a ser jogado pelo movimento e pelo governo no Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O caráter do governo Lula se define em um processo de disputa política pela hegemonia.

### **5.1 - O Socialismo no Horizonte**

Esta agenda – das Conferências e da Marcha – deve ser encarada segundo alguns valores e princípios programáticos. As ações afirmativas em geral, ou a política de cotas especificamente, são ações emergenciais, estando, portanto dentro dos marcos do sistema capitalista. Isto nos remete a nos posicionarmos diante do dilema das cotas fazendo um duplo movimento, que não nos coloque na contramão da história ou em posições reacionárias, abrindo mão de um avanço gradual que é o que é possível de imediato, mas nos inserindo na discussão de forma crítica, sem sermos arrastados pela enxurrada reducionista que vê neste tipo de política a solução milagrosa para todos males que afligem os negros e as negras no Brasil. O debate sobre ações afirmativas em geral deve se dar em um processo cujo horizonte estratégico seja o socialismo.

O movimento negro não pode deixar de considerar a importância de um programa amplo, que aponte, por exemplo, a Saúde da população negra (e suas especificidades); as Relações Internacionais com a África; a valorização de nossa Cultura; a impacto do conjunto das reformas que o governo fez ou pretende realizar; a importância da participação popular; a necessidade de reorientação da política econômica, como elementos fundamentais. Mesmo em relação ao mercado de trabalho e a educação, é possível que se faça muito pela população negra para além da política de cotas, que não dará conta de fornecer sozinha todas as respostas necessárias, ficando aquém e não se posicionando à altura de nossas inúmeras demandas. Uma análise despida de dogmatismos nos mostra que o capitalismo é na verdade um meio cujas características – como o individualismo ou a competição, acirrado por um momento de predomínio da política neoliberal – potencializam a reprodução do racismo, portanto criam condições para sua perpetuação. Se é correto afirmar que o problema não se reduz a uma questão de classe, é também correto afirmar que os negros são a maioria entre os trabalhadores e as trabalhadoras, entre excluídos e excluídas em geral no Brasil. Assim, a luta contra o racismo se articula necessariamente com uma luta mais ampla pela superação do capitalismo.

#### **Assinam:**

Adriana Perdomo – Direção da DS de Porto Alegre/RS; Adriano Bueno – Coletivo Nacional da Secretaria de Combate ao Racismo do PT; Ainda Matine – Agente Educacional de Araraquara/SP; Daniel Alves (Ciro) – Movimento Hip Hop de Campinas/SP; Fernando de Souza – Conselho de Usuários de Transp. Coletivo de Araraquara/SP; Gilson da Silva – Ministério das Cidades/Governo Federal; José Lopes (Nei) – Movimento Hip Hop de Araraquara/SP; Jorge Carneiro – SEPPIR/Governo Federal; Jorge Nascimento – Secretaria de Economia Solidária/Governo Federal; Jorge Sena – Coletivo Estadual da Secretaria de Combate ao Racismo do PT/RS; Luiz Fernandes – Sociólogo/MNU do Rio de Janeiro/RJ; Márcia Santos – Secretária Estadual de Combate ao Racismo/RJ; Marcio Oliveira – Núcleo Negro do PT de Porto Alegre/RS; Miguel Ramos – Movimento Hip Hop de São Paulo/SP; Moisés dos Santos – Movimento Hip Hop de São Paulo/SP; Quener Chaves – PT de Canoas/RS; Ricardo Silva – Coordenadoria de Participação Popular – Araraquara/SP; Sandra Mara Oliveira – Núcleo Negro do PT de Porto Alegre/RS; Verônica Veiga – Movimento Hip Hop de Campinas/– SP; Ubirajara Toledo – PT de Porto Alegre/RS.

## Resolução sobre PED Nacional

*Coordenação Estadual da DS/CE*

A Direção Estadual da DS – Ceará, reunida no dia 24 de março de 2005, aprovou a seguinte posição no que se refere a disputa do PED e encaminha a Direção Nacional da Democracia Socialista.

“Considerando que o PT é resultado de uma poderosa síntese. Nascido das assembleias operárias, das energias do sindicalismo combativo que derrotou o peleguismo, da vontade libertadora das comunidades eclesiais de base, da resistência das organizações de esquerda que mantiveram acesa a chama do socialismo no confronto com a ditadura militar. Ousamos lutar porque sabíamos que a necessária vitória só poderia ser obra dos próprios trabalhadores (as) e dos oprimidos.”

*Seminário sobre os 25 anos do PT e rumos da esquerda,  
realizado em São Paulo no dia 20 de março*

“Considerando que o Partido dos Trabalhadores é herdeiro e protagonista de grandes lutas do povo brasileiro, por liberdades democráticas, por soberania nacional e por igualdade social. Foi nessa condição que organizamos o PT, ajudamos a construir grandes movimentos e lutas político-sociais, disputamos eleições, exercemos mandatos legislativos e executivos. E, pela primeira vez na história do Brasil, elegemos o Presidente da República. Esta história e estas marcas, entretanto, não são indelévels nem se reproduzem naturalmente.”

*(Carta aos Petistas 2ª Edição)*

Considerando que se faz necessário apostarmos na nossa capacidade de debater e elaborar políticas e diretrizes para o PT. E nesse sentido, será fundamental apostarmos, cada vez mais na construção e fortalecimento de um bloco que reúna as correntes de esquerdas que atuam no interior do PT;

Considerando que o debate sobre o PED é um momento singular na disputa interna do partido e que desejamos participar enquanto corrente nacional sem qualquer divisão;

Isto posto, a Direção Estadual da DS no Ceará resolve:

A DS (Ceará) considera que as candidaturas dos Camaradas João Alfredo e Raul Pont são legítimas para realizarmos o debate na nossa Conferência Nacional e que a nossa posição seja definida em torno do nome que mais acumule politicamente para a DS;

A DS (Ceará) entende, ainda, que devemos inclusive conduzir tal debate buscando construir uma candidatura ao PED do PT nacional que melhor unifique o conjunto dos agrupamentos e das tendências da esquerda petista.

Fortaleza, 24 de março de 2005.

## **Partido de Militância ou Partido Eleitoral? – Por um novo estatuto**

*Raul Pont*

Uma das razões da crise de identidade que o PT vive hoje decorre da reforma estatutária de 2001. O conjunto das alterações realizadas naquela oportunidade tende a transformar o Partido, cada vez mais, num partido eleitoral que abdica de sua organização de base em prol de uma dependência crescente aos mandatos, da institucionalidade dos Executivos e de um abandono na organização e na representação dos movimentos sociais dentro do Partido.

O objetivo inicial, nossa declaração de princípios na fundação do PT, era por um Partido que nascia das lutas, de baixo pra cima, onde as bases efetivamente decidiam, “um Partido sem patrões e sem donos”. O Partido onde o núcleo era a pedra basilar de organização e legitimidade na escolha dos dirigentes foi, pouco a pouco, transformando-se numa caricatura daquelas definições.

A reforma de 2001, aprovada por maioria dentro do Diretório Nacional, por delegação do Encontro, fez com que esse processo corresse à revelia da maioria dos filiados que só começaram a perceber os graves equívocos cometidos nessa Reforma quando colhemos os resultados de prévias suicidas, de concentração dos recursos financeiros, do desestímulo aos núcleos e setoriais que perderam sua delegação aos Encontros e Congressos e com a prorrogação dos mandatos de direção partidária.

No momento em que nossa corrente realiza suas conferências regionais e nacional e prepara a disputa nas direções partidárias, devemos fazer o debate e a disputa de programa e também dos critérios de organização partidária.

Nesse sentido, propomos que a DS aprove e leve para os Encontros partidários as seguintes mudanças estatutárias:

### **a) Mandatos partidários**

Alterar os mandatos de 3 para 2 anos, (art. 21) nos anos ímpares como estava consignado no Regimento e Estatutos anteriores. Como é possível a reeleição, dois anos são suficientes e permitem um processo de balanço e renovação mais sistemáticos dentro do Partido.

Além disso, como nos anos pares temos eleições gerais ou eleições municipais no país, o mandato de 3 anos acaba coincidindo com o ano eleitoral, o que torna contraproducente e até impeditivo misturarmos as eleições internas em plena disputa com os demais partidos. Em 2004, não houve outra saída, senão prorrogar o mandato das direções que acabou sendo de quatro anos.

### **b) Processo eleitoral das direções partidárias**

Alterar o processo eleitoral com voto direto e em separado para presidente nas várias instâncias.

Artigos 22, 23 e 35 que tratam do PED devem ser alterados para eleições simultâneas aos Encontros com candidatos identificados com as chapas (listas) em disputa.

No município ou zonal, o voto direto deverá ser simultâneo ao Encontro e com direito de voto e participação a todos os filiados em dia com os seus compromissos partidários.

No Estado e no País, o Encontro será de delegados com eleição da direção por chapas (listas) e com candidatos à presidência identificados com as listas, mas com votação separada.

As tendências partidárias, nos Encontros, poderão disputar apenas a proporcionalidade de delegados e de participação na instância diretiva e apoiar um dos candidatos à Presidência.

O calendário será invertido do atual no que diz respeito às inscrições das chapas: 1º os Encontros Municipais, 2º os Encontros Estaduais e em 3º o Encontro Nacional.

### **c) Cota de gênero**

No artigo 22, inciso V que trata da cota de mulheres, substituir por uma cota mínima de gênero nunca inferior a 40% para homens e mulheres.

#### **d) Fortalecimento do núcleo de base**

Apesar da unanimidade sobre os núcleos, na origem do Partido, esses nunca foram instância de delegação de poder no PT.

Com o argumento da antiga Lei Orgânica dos Partidos Políticos e com o argumento de que os processos de voto direto eram mais democráticos, os núcleos foram reduzidos à organização das lutas nas frentes de massa e serviram de propaganda do caráter democrático e de base do PT.

Na primeira década de vida do Partido, esse debate e a polêmica foi dura e acirrada, mas a idéia de um Partido organizado a partir de células de base não prevaleceu.

Mesmo assim, os núcleos e as setoriais foram conquistando espaços de representação direta nos Encontros e Congressos, através de delegados diretos que não passavam pelos Encontros locais.

Com a reforma de 2001 e a generalização do voto direto em nome de que esse processo seria “mais democrático”, as representações setoriais e de núcleos deixaram de existir.

No art. 58, onde se trata da nucleação devemos recuperar essa instância como organizadora para levar a cabo todas as tarefas partidárias nas mais variadas frentes de massa e a possibilidade dos filiados organizados em núcleos de atuação terem a possibilidade de eleger representantes e/ou delegados diretos nos Encontros e Congressos.

É evidente que todos os filiados que participam nesse processo não tem direito de votar também, através do voto direto. Isso configuraria uma duplicidade de sufrágio.

O importante é retomar a experiência e a possibilidade da representação direta via núcleo ou setorial nos Encontros e Congressos. Significa fortalecer, valorizar e manter um sentido de participação de militância.

#### **e) Extinção das prévias para escolha de candidatos**

Essa experiência mostrou que se a disputa é pública, o descontrole sobre como os meio de comunicação tratam essas disputas é prejudicial ao Partido e aos candidatos.

Da mesma forma, com o instituto da reeleição, qualquer prévia onde o detentor do mandato dispute, isso já traz conseqüências irreparáveis na campanha.

A escolha via Encontro diminui sensivelmente o desgaste da disputa interna e permite um debate muito mais racional e orgânico sobre as conseqüências de possíveis divergências programáticas ou de competência se houver disputa de indicação a cargos majoritários.

Por isso, devemos propor, simplesmente, a extinção das prévias e a retomada da deliberação dessas candidaturas em Encontros partidários com essa finalidade.

#### **f) Sustentação financeira do Partido**

Uma das piores conseqüências da Reforma estatutária de 2001 foram as decisões sobre finanças. Aí reside um dos exemplos mais claros sobre a tendência do Partido ao eleitoralismo e ao predomínio dos portadores de mandato e ao poder econômico dentro do partido.

A contribuição anual mínima desestimula e descompromete o filiado com o papel e a importância da sustentação democrática do Partido.

Essa política também incentiva a filiação sem critérios, despolitizada, criando-se verdadeiros “currais eleitorais” dignos do coronelismo político que sempre afirmamos combater no Brasil.

Nas convenções e encontros, essa política da contribuição mínima cria o voto a cabresto onde as kombis e ônibus substituem a participação voluntária e consciente dos filiados.

O Partido depende e vive, cada vez mais, das finanças eleitorais, dos endividamentos e de campanhas milionárias que só se sustentam com contribuições de empresas, com todas as consequências que daí advêm.

O Partido precisa retomar e fazer valer o princípio de que o direito do voto depende do compromisso da sustentação financeira com a contribuição mensal, regular e permanente dos filiados.

Isso significa, também, autonomia regional e local para estabelecer contribuições de acordo com as possibilidades regionais e locais, desde que respeitados os mínimos nacionais.

O fundamental é que a contribuição seja pré-requisito para o direito do voto e não pode ser a contribuição mínima e única que predomina hoje, que só estimula a corrupção, o voto de cabresto e o poder econômico dentro do Partido.

#### **g) Distribuição do Fundo Partidário**

A distribuição hoje estabelecida nos artigos 186/187 é totalmente leonina, centralizadora e concentradora na direção nacional do Partido.

O Fundo deve ser dividido da seguinte forma: Os 20% destinados pela lei à Fundação; 30% para Direção Nacional e 50% para os Diretórios Estaduais.

Este montante dos Diretórios Estaduais deve ser rateado mediante a média do número de filiados, porcentagem de municípios organizados e porcentagem de votos alcançados pelo Partido no Estado. Isso estimula a organização e o enraizamento do Partido, bem como seu crescimento numérico.

Esse rateio é automático e sem política de retenção e/ou compensações pelo DN. Este deverá estabelecer cotas de contribuição dos Estados e estes dos Municípios que serão pré-condições para a participação nos processos dos Encontros e Congressos partidários.

O DN deverá rever a política de cotização dos portadores de mandato, principalmente diante da orientação predominante nos parlamentos de burlar os reajustes indexados e a pressão da opinião pública, substituindo reajustes salariais por verbas indenizatórias ou por aumento dos recursos de gabinete, que distorcem bastante a realidade de ingresso dos detentores de mandato.

#### **h) Reforma Política**

O Partido deve intensificar a propaganda e a defesa da Reforma Política em curso, demonstrando claramente à população o que defendemos e queremos com essa reforma.

É imperioso propagandear e mostrar que o sistema eleitoral e de representação partidária é um dos principais responsáveis pelo Congresso que temos cuja melhor síntese vimos agora com a eleição de Severino Cavalcanti (PP) para a presidência da Câmara Federal.

Uma reforma que contemple o voto em lista partidária, financiamento público e controle rigoroso dos gastos por partido, o fim das coligações proporcionais, cláusula de barreira para representação parlamentar e poder efetivo do Partido sobre o estabelecimento da fidelidade partidária, já teria um significado revolucionário na vida do país via combate dos balcões de negócios, das siglas de aluguel e do arrivismo político de grande parte dos Partidos políticos brasileiros.